



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

VICTOR DE JESUS RIBEIRO ROCHA

**ESPORTE E UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO
ESTUDANTIL NO PERÍODO DE 2013 – 2018.**

Salvador
2018

VICTOR DE JESUS RIBEIRO ROCHA

**ESPORTE E UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO
ESTUDANTIL NO PERÍODO DE 2013 – 2018.**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de licenciado(a) em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Celi Neuza Zulke Taffarel

Salvador
2018

ESPORTE E UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO ESTUDANTIL NO PERÍODO DE 2013 – 2018.

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de licenciado(a) em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Celi Neuza Zulke Taffarel

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Celi Neuza Zulke Taffarel
Universidade Federal da Bahia

Prof^ª Dr^ª Nair Casagrande
Universidade Federal da Bahia

Prof^ª Especialista Naiara Aguilera Soares
Universidade Federal da Bahia

Salvador
2018



UFBA




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DOS COLEGIADOS

ATESTADO

Atestamos que **Victor de Jesus Ribeiro Rocha** graduado em Educação Física pela Universidade Federal da Bahia, defendeu o seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Esporte e Universidade: contribuições do movimento estudantil da UFBA no desenvolvimento do esporte universitário estudantil, em 17 de dezembro de 2018, perante uma Banca Examinadora composta dos seguintes membros: profa. Celi Nelza Zulke Taffarel-orientadora, Nair Casagrande e Naiara Aguilera Soares, obtendo um conceito final 10,0 (dez).

Salvador, 20 de junho de 2023


Romilson Augusto dos Santos
Coordenador do curso de Educação Física
SIAPE- 1090359 - FACED/UFBA

VIRTUTE SPIRITUS

Faculdade de Educação da UFBA - Av. Reitor Miguel Calmon s/nº- Vale do Canela
CEP 40110-100 Salvador/BA Tel.: 32837236

**Aos meus pais,
Marcelina de Jesus Ribeiro e José de Jesus Rocha e a
minha irmã Vanessa Caroline de J. R. Rocha**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Nas horas mais difíceis foram as pessoas mais importantes. Agradeço a toda minha família, por estarem comigo nos momentos de felicidade e tristeza, e por me fornecerem energia e vitalidade necessárias para seguir em frente. Aos meus amigos, que sempre estendem a mão quando preciso e dividem comigo inúmeras experiências e alegrias.

Agradeço aos que, antes de mim, passaram por aqui, resistiram, venceram e contribuíram para que outras caminhadas fossem possíveis. “Se hoje estou aqui, eu devo a Dandara, eu devo a Zumbi!”.

As companheiras e companheiros do Levante Popular da Juventude e da Consulta Popular por me ensinarem que só a luta muda a vida e que ombro a ombro continuaremos caminhando até que todas/os sejamos livres! Viveremos e venceremos!

Aos companheiros e companheiras do “Bond da EF” –a velha guarda: Alini, Anderson “Galo”, Clara, Dandara, Daniel Orsa, Ewerton, Gabi, Gisele, Isabela, Jéssica, João Gabriel, Larissa, Luciana, Maria Angélica, Nayara, Paulo “Pinguim”, Rafael, Raysa, Rodrigo, Sheyla, Tiali e Yuri e aos nossos filhotes: África, Adanna, Leonardo, Francisco, Maria e Jasmin. Companheiras e companheiros valorosos que me acompanharam durante todo esse tempo e acreditam em uma Educação Física mais humana, popular e socialista. Vocês me ensinaram que os problemas “Vem com tudo” e a melhor forma de resolvê-los é a forma coletiva, que em algum momento “É preciso passar a ação”, que “Juntos somos Fortes”, que “Nossos passos vêm de longe”, muito longe e que nesse mundão da universidade “Há quem sambe diferente”.

Agradeço imensamente a Universidade Federal da Bahia, a Faculdade de Educação e ao Centro de Educação Física e Esportes, ao seu corpo docente, aos funcionários técnicos-administrativos, aos funcionários terceirizados, em especial, a Diógenes, Cris (Rainha do CEFÉ), Mário e Cosme e aos parceiros da xerox.

A todas e a todos aqueles que durante esse percurso tombaram pelos estágios e vivências na universidade e fora dela. Aos colegas da *Gold Fitness*, meu primeiro estágio extracurricular, em especial, a Wilton Carvalho por acreditar no potencial daquele jovem tímido dos primeiros semestres de UFBA; Aos companheiros do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID UFBA, em especial, as Professoras Josiane Clímaco, Márcia Lúcia e Regina Marchesi, por todos os ensinamentos; À comunidade do Calabar – Salvador (BA), nas figuras de Dona Fátima e Seu Valter, por abrirem sempre as portas da comunidade pra UFBA e entre essas oportunidades, o Projeto Sankofa, uma das melhores experiências pedagógicas que já tive, e aos colegas do Centro de Desportos e Educação Física da PMBA, pela acolhida e todos os ensinamentos.

Aos companheiros e companheiras do Diretório Central das/dos Estudantes da UFBA, Gestão Nós por Nós, ao qual tive a oportunidade de fazer parte e contribuir junto a Coordenação de Esportes e a todo o movimento estudantil da UFBA, por compartilhar todas alegrias, angústias, vitórias e tristezas.

À Prof. Dr. Celi Taffarel, pela orientação, pelo apoio, pela confiança, por todo suporte e todos os “empréstimos de cérebro” nesse tão curto tempo de construção do trabalho de conclusão de curso.

À Prof. Dr. Cassia Damiani, que mesmo sem a ter conhecido pessoalmente, contribuiu imensamente na finalização deste trabalho. Agradeço imensamente!

Enfim, agradeço a todas e todos aqueles que contribuíram de alguma forma nessa minha longa caminhada.

“[...] É necessário sempre acreditar que o sonho é possível / Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível / Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase / E o sofrimento alimenta mais a sua coragem / Que a sua família precisa de você / Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder / Falo do amor entre homem, filho e mulher / A única verdade universal que mantém a fé / Olho as crianças que é o futuro e a esperança / Que ainda não conhecem, não sentem o que é ódio e ganância [...].”

ROCHA, Victor de Jesus Ribeiro. Esporte e Universidade: contribuições do movimento estudantil da UFBA para o desenvolvimento do esporte universitário estudantil no período de 2013 – 2018. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata-se de uma pesquisa documental, tipo revisão. As fontes de dados foram os documentos oficiais da política mais geral, da UFBA e dos Diretórios e Centros Acadêmicos. Estes documentos foram submetidos à análise de conteúdo. Os dados foram organizados em tabelas e quadros, o que nos possibilitou estabelecer relações e nexos entre a política mais geral e a especificidade no Curso de Licenciatura em Educação Física da UFBA. Situamos este trabalho entre os que investigam as políticas públicas. Especificamente, trata da Universidade e da política esportiva desenvolvida para a universidade a partir das políticas mais gerais de Estado e Governos e, em especial, investiga a demanda e as proposições apresentadas pelos estudantes da UFBA no período de 2013 a 2018. A problemática da pesquisa está delimitada a partir das necessidades dos estudantes, quando ingressam na universidade, de nela permanecerem e terem suas reivindicações específicas atendidas, para que possam concluir seus estudos com êxito. Na delimitação da pergunta síntese da investigação levamos em conta que os estudantes, ao apresentarem suas reivindicações, apresentam também formulações e propostas. Perguntamos, portanto: Considerando as políticas esportivas mais gerais, do período de 2013 a 2018, implementadas na área do esporte no Brasil, considerando o contexto da expansão das universidades neste período, quais as reivindicações dos estudantes da UFBA em relação ao Esporte universitário e, quais as propostas defendidas por gestões do Diretório Acadêmico e Diretório Central na área da Educação Física, no período analisado?. Nosso objetivo geral é refletir teoricamente sobre os nexos e relações entre a política mais geral do Esporte e as necessidades, reivindicações e propostas encaminhadas pelos estudantes. Almejamos que esta sistematização teórica contribua para que sejam concretizados avanços no atendimento das reivindicações dos estudantes na área do Esporte universitário, em especial na UFBA.

PALAVRAS CHAVE: Universidade; Esporte; Movimento Estudantil;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia
Assufba – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Universidades Públicas Federais no Estado da Bahia
CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CEB – Conselho de Entidades de Base
CEFE – Centro de Educação Física e Desportos
CES – Câmara de Educação Superior
CF – Constituição Federal
CIEPS – *Conseil Internationale d'Éducation Physique et Sport*
CNE – Comissão Nacional de Educação
CONFED – Conselho Federal de Educação Física
CREF – Conselho Regional de Educação Física
DAEF – Diretório Acadêmico de Educação Física
DCE – Diretório Central das e dos Estudantes
EC – Emenda Constitucional
EPT – Esporte para Todos
EUA – Estados Unidos da América
EXNEEF – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GT – Grupo de Trabalho
IES – Instituição de Ensino Superior
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME – Ministério do Esporte
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
OGU – Orçamento Geral da União
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC – Plano de Emenda Constitucional
PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade
PROAE – Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
PRODEP – Pró Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas
PROEXT – Pró Reitoria de Extensão
PST – Programa Segundo Tempo
PT – Partido dos Trabalhadores
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 01 – Ação da Campanha “Quadra Coberta Já!” em 05/03/2015 p. 51

SUMÁRIO

1 Introdução	p. 12
2 Da Universidade que temos à Universidade que queremos: reflexões sobre a sua função social	p. 18
2.1 Universidade e a Constituição Brasileira de 1988: universidade para todos?	p. 23
2.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia: a Universidade que precisamos ser.....	p. 26
2.3 “A Universidade não se vende, se defende”: a perspectiva de Universidade defendida pela União Nacional dos Estudantes	p. 30
3.O Esporte como fenômeno: reflexões sobre sua função social	p. 35
3.1 O esporte como direito na Constituição Federal de 1988....	p. 38
3.2 O Esporte na Universidade e a Política do Esporte Universitário	p. 41
3.3 "De quem, pra quem?" - Políticas de Esporte nos anos 2013 a 2018: o que dizem os documentos governamentais.....	p. 44
3.4 O Movimento Estudantil da UFBA em defesa do esporte na universidade: o que dizem os documentos das gestões do Diretório Acadêmico de Educação Física e Diretório Central das/dos Estudantes da UFBA.....	p. 48
4. As relações entre a política mais geral e as reivindicações dos estudantes	p. 55
5. Considerações Finais	p. 61
6. Referências	p. 66

1. INTRODUÇÃO

As Universidades brasileiras são instituições que ocupam lugar de destaque em nossa sociedade. Destas, estão nas públicas algumas das mais antigas instituições de educação superior de nosso país. Chegar à universidade nos dias atuais é uma vitória. Tivemos na última década uma expansão expressiva de vagas nesse setor dando a oportunidade de muito mais estudantes terem acesso à educação pública. Porém, com tantos retrocessos na educação brasileira, completar o ensino superior voltou a ser um luxo.

No Brasil, a noção de que a educação é um direito de todo cidadão e dever do Estado ainda não é muito disseminada. O discurso propagado pelos mais ricos é que para receber garantias de saúde e educação de qualidade é necessário pagar. A elite brasileira não tem um projeto de nação e é completamente submissa aos interesses estrangeiros. Desta forma, os direitos garantidos constitucionalmente passam a ser vistos como mercadorias que podem resultar em muito lucro, não só para os empresários brasileiros, mas, sobretudo para os empresários estrangeiros.

O atual período histórico que vivemos é marcado por uma grave crise do modo de produção capitalista, com características econômicas e políticas e com graves desdobramentos sociais e ambientais. Durante o processo de crise, os capitalistas combinam uma série de iniciativas objetivando compensar a queda da taxa de lucro. Dentre os principais impactos sobre os trabalhadores/as na crise, destaque para a retirada de direitos historicamente conquistados, elevadas taxas de desemprego, redução do valor da força de trabalho aos padrões mais baixos – com o corte em salários, aumento da jornada, rotatividade e etc.

Os últimos tempos foram tempos difíceis para as universidades públicas, marcado por ataques às estas instituições de ensino e ao pensamento crítico. Os referidos ataques ferem de forma agressiva a autonomia da universidade, inclusive utilizando a via da intervenção policial, como ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com as prisões midiáticas e autoritárias de seus reitores, com o objetivo de desmoralizar a instituição pública e perseguir aqueles que são críticos aos projetos que vem sendo implementado pelo governo federal, de Michel Temer (2016 – 2019). De forma

semelhante, vem sendo construída uma falsa realidade da educação pública em nível superior para justificar o seu desmonte, com objetivo de apontar a privatização da universidade pública como saída para crise.

O acesso ao esporte e lazer no Brasil são outro direito da população que nunca foi assegurado, pelo estado brasileiro, como tal. O acesso à prática esportiva ainda constitui uma atividade restrita aqueles que podem pagar ou é relegada a projetos sociais fragmentados e mesmo com o advento dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas, em 2016) não vemos ainda qualquer esforço dos entes federais em transformar as grandes obras (Estádios, Centros Esportivos e outros), que estão subutilizadas e muitos ainda entregues à iniciativa privada, em uma verdadeira política de esporte para a nação.

As Universidades e Faculdades, públicas e particulares, como parte de um grande projeto esportivo nacional, poderiam cumprir um papel importantíssimo no sentido de ceder as suas grandes estruturas esportivas para o desenvolvimento de projetos e programas esportivos voltados para os acadêmicos e as comunidades que moro ao em torno dessas instituições, elevando desta maneira o padrão cultural esportivos dos envolvidos. Infelizmente, a realidade das universidades brasileiras, principalmente as públicas, é de completo abandono e precariedade, no tocante a situação da estrutura voltada ao esporte e lazer, como é o caso da Universidade Federal da Bahia.

Sabemos que as universidades sempre foram grandes pólos de resistência a esse tipo de política. Os estudantes são exemplos inegáveis desse fato. Por meio da organização social, como se faz pelo movimento estudantil, é possível resistir contra a retirada de direitos e, sobretudo, lutar pela melhoria de vida cotidiana do estudante na universidade. O desmonte das universidades públicas fazem parte desse processo e deve ser levado em consideração quando intentamos uma reflexão a respeito do esporte universitário. São desafios que os estudantes em suas entidades de luta terão de enfrentar na luta por um esporte universitário que atenda aos seus interesses.

Situamos o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) entre os que investigam as políticas públicas. Especificamente, trata da Universidade e da política

esportiva desenvolvida para a universidade a partir das políticas mais gerais de Estado e Governos e, em especial, investiga as demandas e as proposições apresentadas pelos estudantes da UFBA no período de 2013 a 2018.

Quanto ao recorte cronológico deste trabalho, este se justifica por ser o período no qual adentrei a Universidade Federal da Bahia, em 2013, e que desfecho temporariamente a minha caminhada por aqui, em 2018. Neste período tive a oportunidade de vivenciar e conhecer muitos espaços, muitas pessoas e manter muitas relações. Foi, com certeza, um dos períodos mais importantes dessa minha curta passagem de vida. Foi o momento, também, que o desejo de transformar a sociedade em outra mais justa e igualitária para todos e todas surge e que sinto a necessidade de me organizar junto aos meus semelhantes em buscar desse objetivo.

Triviñus (2015) traz que durante o processo da pesquisa é recomendável que o foco desta deve estar vinculado a dois aspectos: 1º) O tópico da pesquisa deve cair diretamente no âmbito cultural de sua graduação; 2º) O assunto deve surgir da prática cotidiana que o pesquisador realiza como profissional. Desta forma, cumpre demonstrar, inicialmente, que participei ativamente do Movimento Estudantil (ME) durante todo o período supracitado, tendo ocupado a Coordenação Cultural (2014) e a Coordenação Geral (2015 e 2016) do Diretório Acadêmico de Educação Física (DAEF), e ainda, a Coordenação de Esportes do Diretório Central das e dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia (2016 a 2017). Participei, também, de eventos importantíssimos que contribuíram para a minha formação política, profissional e humana, tais como, dois Congressos da União Nacional dos Estudantes – CONUNE (2015 e 2017) e de três Encontros Nacionais dos Estudantes de Educação Física, organizados pela Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física – EXNEEF (2013, 2014 e 2018). Ao abordar o tema deste trabalho é importante deixar em evidência que a vivência no Movimento Estudantil é o elemento motivador por sua escolha.

A problemática da pesquisa está delimitada a partir das necessidades dos estudantes, quando ingressam na universidade, de nela permanecerem e terem suas reivindicações específicas atendidas, para que possam concluir seus estudos com

êxito. Desta problemática mais geral, delimitamos o problema específico da investigação que é a política de esporte universitário, levando em consideração a responsabilidade do Estado, da Universidade e as contribuições dos estudantes, através das gestões de suas entidades representativas, como os Centros e Diretórios Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes.

Na delimitação da pergunta síntese da investigação levamos em conta que os estudantes, ao apresentarem suas reivindicações, apresentam também formulações e propostas. Perguntamos, portanto: Considerando as políticas esportivas mais gerais, do período de 2013 a 2018, implementadas na área do esporte no Brasil, considerando o contexto da expansão das universidades neste período, quais as reivindicações dos estudantes da UFBA em relação ao Esporte universitário e, quais as propostas defendidas por gestões do Diretório Acadêmico e Diretório Central na área da Educação Física, no período analisado?

O Objetivo geral é refletir teoricamente sobre os nexos e relações entre a política mais geral do Esporte e as necessidades, reivindicações e propostas encaminhadas pelos estudantes no período de 2013 a 2018.

Dentre os objetivos específicos destacamos três: Apresentar uma sistematização sobre as políticas mais gerais a respeito da Universidade e do esporte universitário no período de 2013 a 2018; Apresentar uma concepção de esporte universitário humanizado e humanizante, que contribua para a formação humana dos universitários; Criticar as propostas encaminhadas e suas contribuições, tanto da política do esporte universitário mais geral, específica da UFBA e, particularmente, o que veio sendo defendido nos Diretórios e Centros Acadêmicos da área de Educação Física da UFBA.

O debate teórico levou em conta que o acesso à universidade, nas últimas décadas, ganha novos contornos marcado pela entrada de Jovens, Negros/as, Periféricos e Mulheres. A fim de garantir a permanência desses estudantes coube aos aparelhos institucionais formular políticas que pudessem atender essas demandas. Percebe-se que por parte dos estudantes surge também a demanda por outras formas de assistência, como por exemplo, o apoio à prática do esporte e lazer. Com o objetivo de estabelecer uma política esportiva para a instituição, que

visasse a democratização destas práticas, os diversos setores da Universidade Federal da Bahia se unem em torno desta construção. Nesse sentido, coube ao Movimento Estudantil propor projetos que acumulassem pra essa construção garantindo aos estudantes e aqueles situados nas comunidades vizinhas a universidade, acesso à pratica esportiva para além do esporte de alto rendimento. Nosso anseio com essa pesquisa é relatar a experiência que ocorreu na UFBA, a partir das avaliações supracitadas e do ponto de vista de estudantes comprometidos em contribuir para a mudança das relações estabelecidas. Almejamos que esta sistematização teórica, com dados levantados em documentos, contribua para que sejam concretizados avanços no atendimento das reivindicações dos estudantes na área do Esporte universitário, em especial na UFBA.

Caracterizamos a pesquisa como Pesquisa Documental, tipo revisão: “que envolve análise, avaliação e integração da literatura publicada, e também frequentemente conduz para conclusões importantes a respeito dos resultados de pesquisas realizadas até o momento” (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 166). Sua base é a análise de material publicado. É utilizada para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática de livros, periódicos, documentos, textos, mapas, fotos, manuscritos e, até mesmo, de material disponibilizado na internet etc.

As fontes de dados foram os documentos oficiais da política mais geral, da UFBA e dos Diretórios e Centros Acadêmicos. Estes documentos foram submetidos à análise de conteúdo. Os dados foram organizados em tabelas e quadros, o que nos possibilitou estabelecer relações e nexos entre a política mais geral e a especificidade no Curso de Licenciatura da UFBA.

A exposição do trabalho está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo tratamos da situação concreta da juventude que entrou nas universidades em especial na UFBA, a partir de uma luta social intensa para garantir o ingresso, principalmente de estudantes oriundos da escola pública, negros, indígenas, quilombolas. Iniciaremos explicando “Qual papel cumpre a Universidade do nosso tempo?”, discutindo qual universidade temos e qual universidade queremos construir. Traremos as reflexões de inúmeros estudiosos da área da educação que

estudam as Instituições de Ensino desde suas origens até os dias atuais, buscando através desses autores, desvendar qual o seu papel social da universidade na sociedade atual. Apoiamos-nos em documentos como os Planos de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia, a nível local, tomaremos como referência principal a Constituição Federal de 1988 e documentos da União Nacional dos Estudantes – entidade representativa dos estudantes brasileiros a nível nacional, que apresenta qual projeto de universidade os estudantes necessitam defender.

No segundo capítulo apresentamos conceitos teóricos sobre o esporte destacando a discussão do porque a pratica deste elemento fundamental da cultura corporal é vital para a juventude. De forma semelhante ao capítulo anterior, nos debruçamos sobre o esporte a fim de identificar qual o papel social que este cumpre em nossa sociedade. Novamente, nos apoiaremos nas principais referências da área para esclarecer nossa discussão. Discutiremos, a partir das reflexões desses autores, o conceito do esporte, como o esporte se manifesta nas universidades brasileiras e quais as principais contribuições do Movimento Estudantil (ME) da UFBA em torno da pauta desportiva, no período de 2013 a 2018.

No terceiro capítulo apresentamos os dados oriundos dos documentos analisados e, por fim, apresentamos a conclusão, com elementos referentes à política pública mais geral para o esporte visando atender reivindicações da juventude universitária, bem como, elementos superadores a serem considerados na luta interna da juventude universitária da UFBA. Luta que segue agora em condições bem mais adversas visto que estamos sob um Estado de exceção.

2. DA UNIVERSIDADE QUE TEMOS À UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS: REFLEXÕES SOBRE A SUA FUNÇÃO SOCIAL.

As Universidades latino-americanas, em específico, as brasileiras são instituições que ocupam lugar de destaque na sociedade, sendo um local de infinitas possibilidades e da produção de um conhecimento superior, que possibilita a criação de saberes e tecnologia e a transformação social. Partindo dessa premissa, a partir de um ensino crítico, somado às realidades locais, deveria ser produzido um conhecimento técnico-científico voltado para os anseios da população, compartilhado através dos projetos de extensão.

Antes de fazer uma análise mais aprofundada da instituição, cabe ressaltar que a Universidade é um espelho da sociedade e reflete suas contradições. Logo, os agentes que a constroem (servidores, professores e estudantes) predominantemente reproduzem os vícios, preconceitos e estereótipos compartilhados no “meio externo”, trazendo consigo o senso comum e reproduzindo também a lógica de produção capitalista. Chauí (2003, p. 1) destaca que: “A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Desta forma, vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade”. Boff (1994) ressalta que a Universidade tem o papel de devedor ao ser humano. O poder que ela adquiriu são forças que podem estar voltadas para uma transformação da realidade que se encontra ou em contrapartida dá continuidade à reprodução do já existente, dependendo da capacidade intencional daqueles que definem o papel desta universidade.

Machado (2009, p. 73) destaca que a Universidade não deve ser apenas *gratuita*, mas sim, pública e que ela deve atender aos anseios da sociedade e ao bem público, devendo estar sempre “voltada para a busca das finalidades sociais ou coletivas, que interesse a toda a sociedade e não apenas a algumas de suas parcelas”. Diferenciando-se, portanto, do modelo de universidade *Estatal*, que funciona como o “estabelecimento onde os professores e funcionários exercem suas

respectivas funções em troca de salários, e onde os alunos buscam a formação gratuita para a realização dos próprios projetos pessoais no mercado de trabalho”.

Araújo (2012, p. 40), por sua vez, ressalta que a Universidade capacita pessoas para exercerem diversas profissões, tornando-se um local de qualificação de mão de obra. E essa formação não foge à lógica do capital, tendo o objetivo específico de produzir apenas a mão de obra necessária à cadeia produtiva. “Não se forma para pensar, questionar ou refletir, mas tão somente para reproduzir o que os mestres propagam”.

Ao afirmar que se tem reproduzido a lógica de produção capitalista, conclui-se que o conhecimento produzido passa a ser mercadoria, disponível apenas para quem possa comprá-lo. Nas instituições federais, estaduais e municipais revela-se pelo financiamento externo e pelas fundações de direito privado que realizam pesquisas sob aspectos produtivistas, traduzindo a privatização do bem público. Fica explícito que os grandes conglomerados multinacionais utilizam a estrutura pública e a mão de obra qualificada da Universidade para realizarem pesquisas, que serão base de seus produtos ou que referendem informações que lhes trarão benefícios mercadológicos. A partir dessas considerações iniciais podemos compreender que a Universidade transforma a sociedade sim, porém, atende aos anseios mercadológicos e reproduz as desigualdades sociais.

Para compreendermos a universidade nos dias atuais torna-se necessário retomar o seu surgimento. Barreto e Filgueiras (2007) observam que a Universidade surgiu na Idade Média, cujo termo *Universitas*, de origem latina, era atribuído às corporações da qual faziam parte pessoas que comungavam dos mesmos interesses econômicos, políticos ou culturais. A primeira noção de universidade nasce e é vinculada sob a influência das autoridades eclesiásticas, com poder absoluto do saber. Anterior a este fato, ainda na idade média, o difundido era a universidade entendida como comunidade de ensino-aprendizagem, onde as pessoas eram formadas para o desenvolvimento tanto do corpo, como da alma imortal (DOURADO, 2003).

Chauí (2003a, p. 67) recorda que depois da Revolução Francesa, em 1789, que a universidade moderna se institui como uma instituição republicana e, por

consequência, pública e laica. No século XIX lhe é atribuído um caráter de pesquisa e ensino. Dias Sobrinho (2003, p. 119) destaca que a partir do século XIX o papel assumido pela universidade têm se voltado para a “formação, produção dos conhecimentos para aumento da dignidade da vida, desenvolvimento civilizatório, aprofundamento dos valores democráticos e elevação do ser humano” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 119).

No Brasil, a primeira instituição universitária, criada legalmente pelo Governo Federal, foi a então Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. No período de 1920 ela foi importante no debate acerca do papel da universidade no país, destacando-se nas discussões: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil. A partir daí, a criação das universidades passaram a ser uma estratégia de governo, expandindo-se para todo o território nacional. Desde esse momento, a mesma apresenta uma característica fortíssima do ensino superior em formar profissionais para o mercado de trabalho. Fávero (2006, p. 23) destaca que “[...] tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, deu-se ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (FÁVERO, 2006, p. 23).

No período de 1930, Fávero (2006, p. 24) destaca que ao analisar o Estatuto das Universidades Brasileiras observa que algumas questões merecem registros, ao exemplo: a integração de escolas ou faculdades isoladas na nova estrutura universitária, que se apresentavam, segundo o estatuto, como verdadeiras “ilhas” dependentes da administração superior. A luta pela autonomia universitária, tanto administrativa, como financeira, além de didática e disciplinar, ganham espaço com o fim do Estado Novo, em 1945, e com a promulgação da Constituição de 1946. Nos anos 50, durante o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a situação precária das universidades fica evidente, cuja expansão enfatiza a formação profissional, sem a preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento.

A política educacional no Brasil anterior a 1960 encontra-se inserida no modelo republicano vigente, seguindo um processo de modernização da sociedade, marcado com profundo vínculo com o capital, em tal situação de ditar as regras para

a educação, tendo os governantes como plano de fundo os países mais desenvolvidos nesta questão, ou seja, para atender as demandas, o Ensino Superior seria importado. Nos anos 60, Fávero (2006, p 27) destaca que “[...] ao serem incorporadas no Projeto de Reforma Universitária, as recomendações são o fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos”. Em 1968, já durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil é implementada uma Reforma Universitária, com o objetivo de melhorar a eficiência e a produtividade. Chauí (2003b, p. 7) recorda que nesse período, a Universidade assume um caráter funcional, tendo como objetivo real atender a demanda da base de sustentação política e ideológica do regime militar, cujo objetivo foi o de atender às demandas da classe média e formação acelerada de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, os problemas da universidade se avolumam, envolvendo aspectos técnicos, acadêmicos e políticos, exigindo uma nova abordagem. Uma política de resultados com vistas a atender as necessidades da classe média marca o período, provocando uma expansão da presença dessa classe nas escolas privadas. Passa-se a estabelecer também neste período parcerias entre a universidade pública e as empresas privadas.

Em suma, o percurso da Universidade inicialmente foi voltado para o conhecimento e posteriormente para o mercado de trabalho e atualmente vem sendo definida por normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual. Chauí (2003a, p. 8) ao analisar o papel da universidade no século XXI chama a atenção para a modernização da universidade pública, que tomada sob a perspectiva operacional corre o risco de passar por uma modernização sem que se toque nas causas que deram origem a esse modelo universitário. Campos (2012) a Universidade nesse processo deve-se atentar a pensar a si mesma. Destaca que “[...] as funções da universidade são plurais e que a sua principal atribuição é pensar a si mesma, isto é, refletir sobre sua própria função social. Tal exercício deve ser permanente”.

Os problemas da Universidade brasileira são reflexos de sua trajetória. A universidade por um longo período é pautada numa visão ambígua acerca do seu papel frente aos interesses econômicos e políticos e se vê hoje numa perspectiva mercadológica e ainda enfrenta problemas de ordem ética. Discutir sobre a universidade hoje implica refletir sobre a sua própria atuação social. A Universidade brasileira é produto de sua história e em diferentes momentos ela foi chamada a atender as demandas da sociedade. Paini e Da Costa (1996, p. 59) afirmam que nesse contexto vive-se um momento de profunda crise onde a universidade oscila entre dois pólos: o de atender a perspectiva mercadológica de profissionalizar para o mercado de trabalho e o de desenvolver conhecimento científico.

Araújo (2012, p. 42) destaca que a Universidade cumpre uma função social contraditória, mesmo produzindo massivamente um conhecimento atrelado aos interesses das elites, produz também, em menor escala, um conhecimento novo, crítico, formando quadros como Florestan Fernandes, Marilena Chauí, Paulo Freire, Milton Santos e tantos outros e outras que contrapõem ao modelo posto, buscando alternativas populares de emancipação social. É necessário repensar o modelo universitário brasileiro para que esse conhecimento crítico seja produzido em maior escala, e que a classe trabalhadora passe a ser a maior construtora e consumidora da Universidade. Traz ainda que “O processo de educação deve ser uma construção coletiva que envolva as pessoas na resolução de problemas e questionamentos do cotidiano. Os educadores e educandos (atores da educação) não devem ficar engessados em programas rígidos e distantes; é fundamental que todos se abram a conteúdos vivos, atuais, diante dos quais tenham que se posicionar, resolvendo questões concretas e buscando saídas coletivas” (ARAÚJO, 2012, p. 42).

É preciso buscar maneiras de fazer com que o estudante conheça de fato a realidade com a qual irá trabalhar – a cabeça pensa onde os pés pisam. Os estágios e a extensão devem cumprir essa função, compartilhar o conhecimento produzido na academia e capacitar profissionalmente o estudante, antes que ele se integre ao mercado de trabalho. A Universidade **não** vai mudar sem a efetiva participação popular, não podendo ser transformada de dentro para fora; pelo contrário, seus

muros vão cair de fora pra dentro, como consequência da chegada do povo ao poder.

O ensino superior tem que alcançar quem realmente necessita, inserindo a população marginalizada em seu cotidiano. Ernesto “Che” Guevara, sobre quais rumos a Universidade deve tomar e a quem ela deve servir, disse que: “O que tenho para dizer à Universidade (...)? Tenho que dizer que se pinte de negro, que se pinte de mulato, não só entre os alunos, mas, também entre os professores, que se pinte de operários e de camponeses, que se pinte de povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo”(Che Guevara em discurso na Universidade de Las Villas, em 28 de dezembro de 1959). Que suas palavras nos sirvam de inspiração.

2.1 UNIVERSIDADE E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: UNIVERSIDADE PARA TODOS?

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação passou a ser concebida como direito dos cidadãos, fazendo com que a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado deve ser determinada pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático.

No final dos anos de 1980, com a consolidação da Constituição Brasileira de 1988 – conhecida como a “Constituição Cidadã”, grandes esforços foram investidos no sentido de alterar o modelo de ensino brasileiro. A década de 1980 na história brasileira é representativa como o momento de abertura democrática do país. O foco das mudanças que permearam o processo de redemocratização foi à garantia de direitos sociais e individuais e o marco definitivo desse processo, além das eleições

diretas para a presidência da República, foi a elaboração da nova Constituição Federal.

O referido documento cita em seu Artigo 6º - que versa sobre os direitos sociais, econômicos e culturais que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Desta forma, a Educação passa a ser um direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado, e ainda da família, com a tríplice função de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do Estado Democrático e qualificá-lo para o mundo do trabalho. Torna-se de responsabilidade dos mesmos, tratar do acesso e da qualidade, organizar o sistema educacional, vincular o financiamento e distribuir encargos e competências para os entes da federação

O direito à educação prevista na Constituição Federal de 1988 está ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana, bem como, seus objetivos: construção de uma sociedade livre, justa, solidária, erradicação da pobreza, da marginalidade e redução das desigualdades sociais. Anteriormente a este feito, o Estado não tinha a obrigação formal de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado de forma assistencialista, ofertado àqueles que não podiam pagar.

No que tange ao Ensino Público Superior, Malika (2001, p. 233) recorda que: “a atuação do Estado nesse campo é necessária para a formação de quadros qualificados, levando-se em consideração como único critério de ingresso nas universidades públicas a questão da intelectualidade, sendo o compromisso de desenvolver mecanismos para possibilitar esse acesso, um compromisso do poder público, maior ainda, em relação às universidades públicas”. A respeito das universidades a Constituição Federal traz ainda, no art. 207, que as universidades devem primar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – a mesma que se tornou a principal característica das universidades modernas.

Nesse contexto, o Estado compromete-se com a educação superior, no limite da capacidade intelectual individual, levando em conta a isonomia constitucional e legítimos previamente disciplinados em leis e nos estatutos das universidades art. 51 da LDB). O vestibular torna-se a principal forma de ingresso na universidade, pois é o meio de auferir o conhecimento do candidato e a legitimidade de assento em um banco universitário público.

Em um momento posterior à promulgação da CF de 1988, a sociedade novamente se debruça com intuito de formular diretrizes para a educação brasileira. A Lei 9364/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) surge neste sentido em seu capítulo IV art. 43, sobre Ensino Superior, traz qual o papel social em que a Universidade deve prestar à comunidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Como bem expressa seu texto, entre as finalidades da educação superior, a LDB destacou o trabalho de pesquisa e investigação científica, a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, bem como a promoção de extensão, aberta à participação da população, visando à divulgação dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica. A LDB versou ainda a respeito das formas de acesso às universidades, abrindo a possibilidade de incorporação de alunos à universidade por meio de avaliações promovidas ao término do ensino médio e também garantiu Educação básica obrigatória e gratuita, a partir dos 04 anos de idade (vide art. 4).

Após diversas disputas em relação a sua formulação final, a referida lei tornou-se peça central para a estruturação e funcionamento da educação brasileira. É, a partir dela, que se reafirma a educação enquanto um direito, tal como previa a CF 1988. Em suma, a LDB transformou-se em sua trajetória de mais de 20 anos, num dos mais importantes dispositivos que abriram espaço para consolidar medidas que ampliaram o acesso e melhoraram o ensino público no Brasil.

2.2 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: A UNIVERSIDADE QUE PRECISAMOS SER.

A universidade pública nos assegura a promoção e efetivação do seu papel social perante a sociedade. Portanto, podemos afirmar que ela precisa desenvolver e estabelecer uma relação de reciprocidade para com a comunidade. Percebe-se, hoje, a necessidade de uma educação mais humana, que forme um profissional competente e apto a desenvolver cidadãos que sejam ao mesmo tempo críticos e preocupados com os valores humanos. Para que esta mudança ocorra é necessário que a avaliação institucional dentro da educação nacional priorize a formação

integral, que avalie os princípios fundamentais e duradouros, os quais os universais fazem parte da história da humanidade.

A universidade necessita de uma avaliação para que possa redefinir seu papel diante de uma sociedade cada vez mais exigente, uma avaliação que promova uma ação geradora de grande impacto na transformação da universidade que articula um movimento de reflexão crítica realmente preocupada com a formação da cidadania e que reflete na luta pelo acesso à educação pública de qualidade e gratuita.

Lamar (2002, p. 163) destaca que: “A atual política de avaliação da educação no Brasil não tem conseguido contribuir para uma educação voltada às aspirações e demandas de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Resta, às instituições e educadores, o desafio de elaborar projetos político-pedagógicos (no caso das escolas de ensino fundamental e médio) ou planos de desenvolvimento institucional (no caso das instituições de ensino superior) nos quais a avaliação concorra de fato para o aperfeiçoamento de toda a comunidade e para reflexão do papel da educação no desenvolvimento social”. (LAMAR, 2002, pág. 163. In: SOBRINHO, 2002).

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946 é uma instituição com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica, nos termos da Constituição Federal e de seu Estatuto. Como bem expressa seus objetivos e metas, pauta sua ação em um conjunto de valores centrais, base do seu compromisso com a sociedade, em particular a sociedade baiana, com a produção e avanço do conhecimento nas suas diversas modalidades, com produção de bens simbólicos e materiais e a oferta de uma gama de serviços que possam transformar a vida das pessoas e ajudar a construir uma sociedade mais justa e desenvolvida em suas múltiplas dimensões.

Consideramos, para a construção desse capítulo, os Planos de Desenvolvimento Institucional da UFBA (PDI), construídos em dois momentos: 2012-2016 e 2018-2022. A Comissão Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) expressam a importância do PDI nas Instituições de Ensino Superior (IES) através do parecer 1366/2001, o considerando uma manifestação

específica e “livre” da instituição: “reforça-se no presente parecer a importância e a relevância do Plano de Desenvolvimento Institucional, que determina a missão de cada instituição e as estratégias que as mesmas livremente elegem para atingir metas e objetivos”.

Segundo Segenreich (2002, p. 5) o objetivo do PDI é permitir que a instituição possa expressar livremente sua proposta de trabalho e aperfeiçoar seu próprio modelo de Plano Diretor/Plano Estratégico, através da adoção de uma metodologia participativa de educação. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em Abril de 2004, colocou o Plano de Desenvolvimento Institucional como um de seus principais eixos de referência, à medida que este plano é resultado de uma construção coletiva, impondo-se, naturalmente como fio condutor para qualquer avaliação, seja interna ou externa.

Dora Leal, reitora da Universidade Federal da Bahia no período de 2010 a 2014, em contribuição ao PDI da UFBA (2012-2016) cita que:

Como uma instituição de alta complexidade e imersa em um mundo cultural, social, científico, tecnológico, político, complexo e dinâmico, à UFBA impõe-se a necessidade de não olhar apenas o seu momento presente na busca de maior efetividade das suas ações. Pelo contrário, mais do que nunca, se impõem olhar o futuro, construir cenários e prospectar caminhos que possam, sobretudo, melhorar o nosso desempenho interno e externo, ampliando os desejáveis impactos que temos e queremos continuar possuindo, como um importante vetor de transformação social e cultural que reconhecemos ser.

O PDI em cada IES constitui exatamente um documento que registra aquilo que os seus partícipes almejam concretizar num determinado período de anos. É o exercício de pensar o futuro, num processo de crescimento e contínua superação dos seus limites.

A universidade pública passou por uma série de mudanças, particularmente com a reforma do Estado realizada pelo governo federal no período de 1999 a 2002. Essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como setor de serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços

não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida com um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerado um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado (CHAUÍ, 2003).

A UFBA entra no século XXI refletindo sobre si mesma, analisando os modelos acadêmicos postos em prática, a qualidade do seu trabalho expresso nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sua relação com a sociedade, pontuada pela ampliação da demanda aos seus cursos e serviços diversos. Nessa ocasião as discussões culminaram com a elaboração de um novo projeto de universidade, em acordo com as novas políticas do governo federal para a educação universitária.

Dois marcos foram importantes para que a UFBA passasse por um processo de democratização do acesso. Em 2004, o Programa de Ações Afirmativas inaugurou uma nova etapa em sua história ao acolher em seu corpo estudantil setores da sociedade outrora excluídos do ensino superior público. Em 2007, o Ministério de Educação (MEC) lança o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) ao qual a UFBA adere. Com a adesão ao REUNI, a UFBA dá início ao processo de implementação de uma ampla reforma curricular, visando introduzir nos cursos de graduação uma perspectiva interdisciplinar e flexível, além de fomentar sua articulação com o ensino de pós-graduação. Somado a estes fatos, ganha destaque a criação dos Bacharelados Interdisciplinares. A UFBA contribui efetivamente para o fortalecimento e expansão do ensino superior público e de qualidade no Estado da Bahia (PDI UFBA, 2012, p. 10). Nos últimos 13 anos dobraram o número de matrículas nas universidades brasileiras, de 3,7 milhões para mais de 7 milhões. Um setor da população que nunca teve acesso a esse nível de escolaridade, mulheres, negros, estudantes de escola pública hoje não só tem acesso a ela como contribuem para a construção de ensino referenciado para as necessidades da população.

Dados do estudo Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2014, tendo como principal base de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, além de fontes de dados como o Censo Demográfico 2010, revelam que estudantes com maiores rendimentos deixam de ser maioria nas universidades,

ou seja, em relação ao ensino superior, houve redução da participação dos estudantes que fazem parte dos 20% mais ricos entre 2004 e 2013 nas duas redes de ensino (Pública e Privada). Esse fato acaba por aumentar o acesso à educação de pessoas dos demais estratos de rendimento, inclusive dos mais pobres.

As estatísticas e dados institucionais demonstram que muito se avançou na Universidade Federal da Bahia no cumprimento de sua missão e no alcance dos objetivos definidos nos seus documentos legais. No entanto, muito ainda há de ser feito para assegurar e consolidar a sua permanência como universidade de ensino, pesquisa e extensão de excelência acadêmica e compromisso social.

O PDI da UFBA (UFBA, 2012, p. 11) explicita em seus capítulos que a universidade deve contribuir para a formação de cidadãos que sejam ao mesmo tempo cidadãos do mundo e brasileiros, e no caso específico, também baianos. Ou seja, cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da sua sociedade, do seu país e também comprometidos com o planeta Terra. Para a consumação de seus objetivos, seus programas de bolsas devem ser fortalecidos, considerando que a inclusão plena não se dá apenas pelo acesso à universidade, mas, principalmente, pela garantia da permanência e pela criação de condições para integração do conjunto dos estudantes à vida universitária. **É preciso ENTRAR, PERMANECER E TRANSFORMAR.**

2.3 “A UNIVERSIDADE NÃO SE VENDE, SE DEFENDE”: A UNIVERSIDADE DEFENDIDA PELA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.

“[...] A UNE reúne futuro e tradição
A UNE, a UNE, a UNE é união
A UNE, a UNE, a UNE somos nós
A UNE, a UNE, a UNE é nossa voz” - Hino da União Nacional dos/das Estudantes, Vinicius de Moraes Carlos Lyra, 1963.

Como bem expressa o trecho do seu hino a União Nacional dos Estudantes (UNE) - entidade representativa dos estudantes reúne em seu bojo o futuro e a tradição do povo brasileiro. Poderíamos dizer que a sua história confunde-se e está entrelaçada à história do Brasil. Desde seu nascimento, em 1937, a UNE é uma das

provas que o Movimento Estudantil (ME) sempre fez parte das lutas do povo brasileiro. Naquele período, é dado o ponta pé no movimento de popularização das universidades, a UNE colocava-se em defesa da ampliação da universidade pública e ampliação das possibilidades de assistência estudantil, desta forma, colocando-se em defesa dos estudantes brasileiros. Por movimento estudantil entendemos que trata-se de um movimento social. Destacamos a consideração de Bonetti (2007, p. 56) que discorre afirmando que “o movimento social é uma manifestação coletiva de protesto, de reivindicação, luta armada ou um processo educativo, com o objetivo de interferir na ordem social”. Segundo Dal Ri (2009), os movimentos sociais, de modo geral, podem ser divididos em três tipos: a) *tradicionais*, como o movimento operário-popular, partidos, sindicatos, o ME; b) *mais recentes*, como o movimento feminista, étnico-raciais, direitos humanos, ecológicos, etc.; c) *novos*, como os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, sem-teto, dos indígenas, desempregados, de bairro, trabalho associado, etc.

Ao longo dos seus mais de 80 anos, a UNE participou ativamente da vida política, social e cultural do Brasil, como por exemplo, quando se colocou contra a Ditadura de Vargas (1937-1945) opondo-se ao nazi-fascismo de Adolf Hitler, pressionando o governo do presidente, e chegando a entrar em confronto direto com os apoiadores do fascismo, os integralistas, que buscavam maior espaço para a ideologia no país; na campanha “O petróleo é nosso”, na década de 1940, consolidando sua participação e posicionamento frente aos principais assuntos nacionais, fortalecendo o movimento social brasileiro em ações como a defesa do petróleo, que começava a ser mais explorado no país; Durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), quando a entidade passou a atuar na ilegalidade, e os estudantes foram reprimidos em diversas manifestações, perseguidos, torturados e muitos mortos ou desaparecidos; no movimento das ‘Diretas Já’, no início dos anos 1980; na campanha do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992 e durante a década de 90, quando “[...] foi um dos principais focos de resistência às privatizações e ao neoliberalismo que marcou a Era FHC” (UNE, 2018), ou seja, o período de 1995-2002.

Segundo Engels, “todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara da luta de classes entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente [...] (1997, p. 18).

O Movimento Estudantil se dedica à construção de um projeto por uma sociedade melhor, atuando principalmente por uma educação de qualidade. A identificação do estudante com o movimento depende de um projeto pessoal, pois se trata de uma escolha inseparável da imagem que ele tem de si mesmo na sociedade em que vive e da imagem que constrói sobre a sociedade em que desejaria viver. A decisão de lutar no movimento estudantil para decidir sobre seu processo de formação e sobre os rumos da educação de seu país é permeada pela classe à qual o estudante pertence. Os estudantes universitários discutem, mobilizam-se e questionam o sistema social e sua estrutura de poder, assim como discutem sua própria organização e a função da universidade.

No Brasil, o ME organiza-se a partir de entidades representativas a nível nacional, com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e Executivas de Curso, a nível estadual com as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE) e a nível local, em cada Universidade, com os Centros e Diretórios Acadêmicos, responsáveis por representar os estudantes de cada curso, e os Diretórios Centrais das/dos Estudantes (DCE), que representam todos os estudantes de determinada Universidade. As entidades do movimento estudantil são, portanto, fundamentais para a participação discente e foram importantíssimos em processos decisivos para a educação brasileira, seja no âmbito particular dos institutos e universidades, ou mesmo em união para defender bandeiras nacionais para nosso povo.

Desde o início do século 21, a principal luta da UNE e do movimento estudantil tornou-se a melhoria da educação pública de qualidade no país. A educação não pode ser negociada na bolsa de valores e muito menos ainda ficar em segundo plano.

Atualmente, o Sistema Capitalista encontra-se em crise. Crise esta que se caracteriza por ser de natureza profunda e prolongada, em que se combinam a crise financeira com a crise de superprodução. Inicialmente a crise impactou fortemente as economias centrais do capitalismo (EUA e União Europeia), mas, a partir de 2012, as economias periféricas começaram a sentir seus efeitos de forma mais intensa. Apesar de atingir as diversas economias de maneira uniforme, a crise persiste e não dá sinais de recuperação em curto prazo, mantendo-se, ao redor do mundo, baixas taxas de crescimento econômico (Consulta Popular, 2017). A lógica do sistema capitalista, o lucro, não é alterada pela crise. Na crise econômica atual, os capitalistas combinam uma série de iniciativas objetivando compensar a queda da taxa de lucro. Alguns dos principais impactos sobre os trabalhadores/as na crise são: as elevadas taxas de desemprego; aumento da inflação sobre os bens de consumo; aumento da exploração – com corte em salários, aumento da jornada, rotatividade; opressão de gênero elevada – as mulheres são confinadas ao trabalho doméstico, e retirada dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores (Consulta Popular, 2015).

Em 2014, após muitas reivindicações, a UNE e o conjunto dos estudantes brasileiros conquistaram a aprovação do Plano Nacional de Educação com garantia do investimento de 10% do PIB para o setor. No mesmo ano, também foram obtidas a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Agora, a entidade está na linha de frente pela implantação efetiva de todas as metas do plano em todo o território nacional e dentro dos prazos estipulados.

No Brasil, após intensas movimentações de setores da classe média, conseguiram dar um golpe de Estado parlamentar, afastando uma presidenta eleita de forma legítima por mais de 54 milhões de brasileiros. Desde então, é implantada por esses setores uma agenda gigantesca de retrocessos onde passamos a viver sob fortes ataques aos direitos dos trabalhadores, principalmente, a educação e a saúde. Um exemplo disto é a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que no período de tramitação na Câmara dos Deputados (PEC 241/2016) foi nomeada de “PEC do Fim do Mundo” e foi combativa intensamente pelos

movimentos sociais – dentre estes o Movimento Estudantil e a União Nacional dos Estudantes. A EC, que versa sobre o limite dos gastos públicos, congela por mais de 20 anos os investimentos em direitos básicos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou recente estudo que a cada R\$1 investido na educação pública no Brasil há um retorno no PIB de R\$1,85. Essa mesma educação pública supera os produtos da agropecuária. A título de comparação, o gasto de R\$1 com juros sobre a dívida pública, segundo o mesmo estudo, gerará apenas R\$0,71 de crescimento do PIB. Ou seja, o dinheiro gasto com educação de qualidade, como é o caso das universidades federais, além de um excelente investimento dos recursos públicos, gera desenvolvimento para o país.

A UNE defende um projeto de ensino de qualidade e democrático para o Brasil. Mirando este objetivo, tem como principal bandeira a destinação de maiores investimentos para educação. Temos ciência que as vitórias conquistadas nos últimos períodos em termos de democratização, ampliação e popularização do ensino superior não esgotam nossas reivindicações por uma outra educação no país. O modelo de universidade democrática e plural é o responsável por conquistas valiosas para nosso povo. **Proteger esse legado é dever dos estudantes.** O acesso da classe trabalhadora e dos/as jovens periféricos ao ensino superior abriu inúmeros desafios que devem impulsionar as lutas de hoje e do futuro, construindo uma universidade cada vez mais democrática, inclusiva, popular e participativa na sua gestão e orçamento.

3. O ESPORTE COMO FENÔMENO: REFLEXÕES SOBRE SUA FUNÇÃO SOCIAL.

O esporte é considerado um dos fenômenos socioculturais mais importantes do nosso século. Essa afirmação se constata quando percebemos o número crescente de praticantes e a quantidade cada vez maior de espaços ocupados pelo esporte na sociedade (TUBINO, 2006, p. 8).

Kunz (2006) afirma que essa relação se dá também devido a fatores variados, como a superexposição na mídia, ao apoio do estado, aos investimentos das grandes marcas de material esportivo e empresas privadas ou simplesmente por possibilitar aos praticantes das classes menos favorecidas uma chance de ascensão social e financeira.

Concordamos com Taffarel (2012) ao acreditarmos que o esporte é uma:

[...] atividade corporal, decorrente do trabalho humano, constituída pelo sobrepujar a si mesmo, a natureza ou outros seres, com regras próprias, tecnicamente executado, tecnologicamente aprimorado, com sentidos e significados lúdicos e ou agonísticos, construídos culturalmente ao longo da história da humanidade, em diferentes modos de produção e reprodução da vida humana, socialmente acumulado e pedagogicamente transmitido de gerações em gerações, assumindo no modo de produção capitalista um duplo caráter, a saber: valor de uso e, portanto, compondo a segunda natureza humana, necessária e vital, com seu caráter educativo, lúdico, nos humanizando e, valor de troca, que em relações capitalistas, subsume valores humanos pela lógica lucrativa do capital, convertendo-se em mercadoria, agonística, tecnologicamente produzida, espetacularizada e comercializada (TAFFAREL, 2012).

Parafrazeando a autora, acreditamos que o esporte “é um fenômeno decorrente de relações sociais, culturalmente elaborado, historicamente acumulado e, economicamente negado” (TAFFAREL, 2012). Este processo de negação do esporte enquanto patrimônio da humanidade atinge dimensões objetivas e subjetivas da condição humana. Condição humana que é historicamente determinada e que vai expressar se somos meros observadores de espetáculos esportivos ou somos construtores da cultura esportiva de nosso país.

É importante destacar que o enquanto fenômeno social carrega nas suas formas de organizações e nas mais diversas manifestações, elementos e

contradições do modo de produção capitalista, entre eles a exploração da força de trabalho humana, o alto rendimento, a coisificação do homem, o caráter excludente e o competitivismo exacerbado (EXNEEF, 2010).

As raízes do esporte têm origem no início da vida primitiva com os exercícios para o corpo, necessários para a sobrevivência do ser humano, como as caminhadas, a caça, a natação, a defesa, e nos momentos de lazer, com a dança (LYRA FILHO, 1973). Para entender mais a fundo a sua origem, é fundamental vinculá-lo ao jogo. A história do esporte será invariavelmente a história dos jogos. Alguns autores chegam a definir o esporte como uma antítese do jogo, enquanto outros defendem que o esporte é o jogo institucionalizado (TUBINO, 2006, p. 11).

A função social do esporte apresentou diferenças no decorrer das épocas, de país para país e de cultura para cultura. O esporte, antes restrito aos privilégios dos nobres e burgueses europeus passou por um processo de igualdade, com os jogos populares, pelas classes populares inglesas, onde na sua maioria usava-se a bola como objeto principal e o jogo como meio de socialização e descontração dos praticantes.

O esporte, tal como conhecemos nos tempos atuais, tem forte influência de princípios e configurações sociais herdadas do século XIX, a partir da esportivização dos jogos populares. Neste período, na Inglaterra, alguns jogos praticados com regras e formas regionalizadas, sofreram, a partir das escolas públicas e de seus alunos, um processo de racionalização e institucionalização das regras, possibilitando um maior controle da violência corporal existente nessas práticas, e o controle das mesmas por parte de professores e participantes (ELIAS; DUNNIG, 1992). Bracht afirma que naquele período o único lugar onde os jogos populares sobreviveram foi no interior das escolas, onde não eram vistos como ameaça à propriedade e a ordem pública. Dentro desse ambiente escolar os jogos tradicionais foram sendo regulamentados e se tornando próximos ao que chamamos atualmente de esporte moderno. O autor acredita que o esporte surge num ponto histórico específico, através de um processo de ruptura e que, posteriormente, se expressa em nossa sociedade sob duas formas de manifestação quanto ao sentido: alto rendimento ou atividade de lazer (BRACHT, 2002).

Durante muito tempo o esporte foi concebido apenas através da ótica do alto rendimento. Houve momentos em que o esporte se tornou tão corrompido, cercado por um desejo da vitória a qualquer custo, em detrimento do *fair-play* (lógica do jogo justo) que foi preciso tomar algumas providências. Tubino explica que: “Os exageros cometidos quando o esporte era entendido somente por esta ótica provocaram reações expressivas, podendo ser reunidas em três grandes movimentos: o da intelectualidade internacional, inconformada com os rumos perversos que o esporte vinha tomando; o dos organismos internacionais ligados ao esporte, que passaram a publicar manifestos; e o Trimm, movimento nascido na Noruega, que depois recebeu o nome de Esporte para Todos (2006, p. 21).

O esporte, a partir da segunda metade do século XX sofreu alterações de sentidos e em sua configuração social, situando-o como um dos fenômenos sociais mais relevantes da atualidade. Pela abrangência do seu envolvimento e de suas relações deixou de perspectivar-se apenas no rendimento e incorporaram-se os sentidos educativos e o do bem estar social. O primeiro documento de cunho internacional que influenciou nessas alterações conceituais foi o Manifesto Mundial do Esporte (Conseil, 1964), editado pelo *Conseil Internationale d'Éducation Physique et Sport* (CIEPS), da UNESCO. Este documento não reconheceu o esporte somente através do rendimento, mostrando que também existia um esporte na escola é um esporte do tempo livre, para todos. A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1978, lança a Carta Internacional de Educação Física e Desportos (UNESCO, 1978) que consolida num documento toda a discussão que ocorria sobre o esporte, servindo de marco para um novo conceito deste e lançando a perspectiva do direito à prática esportiva, o que aumentou a significação social deste esporte reconceituado (TUBINO, 2001, p. 12-15). Vale ressaltar que, a partir, deste posicionamento vários países, inclusive o Brasil, introduziram nas suas cartas constitucionais, no elenco dos direitos sociais, o direito à prática esportiva.

Consolidando as três dimensões sociais do esporte essa carta afirma que além de um esporte voltado para o alto rendimento que é disputado obedecendo a rígidas regras, específicas para cada modalidade, existe também um esporte

participação, que se apoia no princípio do prazer lúdico, visando o bem-estar para todas as pessoas, praticado voluntariamente e com conexões com os movimentos de educação permanente e com a saúde, é um esporte educativo, com objetivos de formação, norteado por princípios socioeducativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer. A percepção de que existem “esportes”, democraticamente disponíveis para todos os lados, mas com sentidos diferentes, faz com que este fenômeno se torne objetivo de reflexão em todos os seus aspectos.

Em 1976, a UNESCO ao reconhecer a relevância social da cultura física e do esporte como fundamental para a educação permanente dos povos, recomendou que os Estados se responsabilizassem pelas estratégias políticas relacionadas com a população em geral, isto é, pelo fomento do esporte-participação ou popular.

3.1 O ESPORTE COMO DIREITO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Quando o esporte era entendido apenas na perspectiva do rendimento, os governos preocupavam-se com as performances das equipes nacionais nas competições internacionais, pois o sucesso esportivo ajudava nas próprias relações com outros países e causava uma boa imagem diante da comunidade mundial. Segundo Tubino (2006, p. 37) esta preocupação transformava-se em verbas públicas para as equipes nacionais, construção de instalações, promoção de competições esportivas, e em alguns casos até processos de profissionalização esportiva pelo Estado. Com a evolução do conceito de esporte o papel do Estado diante do esporte mudou muito. O Estado passa a limitar-se em apenas normatizar as manifestações esportivas relacionadas às competições oficiais. Por outro lado, os governos, entendendo as novas dimensões do esporte passaram a exercer relevantes funções no esporte-lazer e no esporte-educação.

O papel do Estado no fomento ao esporte, como meio de bem-estar social é aceito sem restrições. É o Estado que possui capacidade institucional e política de tratar de forma interdisciplinar a imensa variedade de problemas sociais existentes nas suas delimitações de responsabilidade pública. Dialogando com a perspectiva marxista, o que denominamos hoje de Estado é um produto da formação societária

capitalista burguesa. Nessa perspectiva, a análise do Estado só pode ser desenvolvida no contexto de uma análise da sociedade como um todo (BRACHT, 2005, p. 70 apud. ESSER, 1987, p. 31-32).

Bracht (2005, p. 71) afirma ainda que a função básica do Estado nas sociedades capitalistas é garantir a reprodução do capital. Neste sentido, o esporte será objeto de atenção do Estado em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja via promoção da reprodução da força de trabalho, seja provocando efeito estabilizador como atenuador de tensões sociais.

Nas décadas de 70 e 80 surgem no Brasil movimentos “renovadores” na educação física. Os movimentos renovadores da educação física, do qual faz parte o movimento dito “humanista” na pedagogia, se caracteriza pela presença de princípios filosóficos em torno do ser humano, sua identidade e valor, tendo como fundamento os limites e interesses do homem. Relacionando-se aos princípios humanistas, surge outra tendência ligada ao movimento chamado Esporte Para Todos (EPT), que se caracteriza como movimento alternativo ao esporte de alto rendimento. Essa concepção coloca a autonomia do ser humano no centro. Não é o esporte que faz o homem, mas o homem que faz o esporte: ele determina o que, como, onde, quando, por quanto tempo, com quem, sob que regras, com que objetivos e sob que condições o pratica (COLETIVOS DE AUTORES, 1992, p. 55). Mesmo obtendo sucesso com ricas experiências desenvolvidas, o movimento não se fez presente em todas as esferas no âmbito nacional, principalmente no setor público responsável naquele momento, desconhecedor de outra forma de esporte que não o competitivo (BRACHT, 1989; COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Apesar da democratização do esporte nesse período não ter sido concretizada, houve um aumento relevante da produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte e a participação política de pesquisadores da Educação Física em setores governamentais conferiu novas referências para esse setor na esfera pública.

Com o fim do regime autocrático militar no Brasil e o advento do processo de redemocratização nos anos de 1980, como já mencionamos anteriormente, formou-se um movimento desmedido que demanda por mudanças profundas, tais

alterações acabaram atingindo a relação entre Estado e a organização esportiva.

Historicamente, no Brasil, o esporte e lazer foram entendidos e tratados tanto pelo Estado, tanto pela sociedade, como pelos direitos de segundo plano. Segundo Athayde et. al. (2015, p. 120) esse descaso pode ser entendido a partir de um amplo leque de razões:

[...] alguns setores acabam sendo priorizados em detrimento de outros, tanto em função de um ordenamento de prioridades sociais (uma política de saúde pode ser considerada mais urgente que uma política de esportes), quanto em função do potencial mobilizador de cada setor (é mais provável que os setores organizados de uma população se mobilizem em torno de uma política salarial do que para reivindicar espaços e estruturas de lazer) (ATHAYDE et. al., 2015, p. 120, apud. LINHALES, 1996, p. 35).

O processo de inserção do direito ao esporte na CF/1988 foi cercado por tensões, contradições e disputas. De acordo com Linhales (1997):

O processo de mudança na estrutura do sistema esportivo brasileiro, levada a cabo com a inclusão do esporte na CF/1988 e com a reforma da legislação esportiva dela decorrente, foi, fundamentalmente, dirigido pelo confronto entre os interesses liberalizantes, que buscavam a autonomia de mercado para o esporte, e os interesses conservadores, que entendiam essa liberalização como uma ameaça ao poder constituído 'oligarquicamente' (LINHALES, 1997, p. 226).

Em nenhuma das duas concepções, se consolidaram alternativas que tematizam o esporte como uma necessidade ou um direito social e a ação do Estado como elemento de mediação, alerta a autora.

Como marco legal, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), versa também sobre o esporte ao determinar o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada cidadão, conferindo a responsabilidade dos diferentes Estados da Federação e seus respectivos Municípios em promoverem políticas públicas de esporte, como estratégia para garantir esse direito constitucional (ARAUJO et. al., 2017). Na CF/1988 o Art. 217 que faz referência a esse papel do Estado, observa ainda:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

- II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
- IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional; (BRASIL, 1988).

Araújo et. al. ressalta que apesar de ser um dispositivo garantido na Constituição, a positivação do esporte como direito ainda não foi plenamente materializada no Brasil e este tem se distanciado de sua compreensão como prática social integrante do patrimônio cultural da humanidade (ARAÚJO et al., 2017, p. 2). O esporte acaba também se tornando ferramenta rentável para os que dispõem de capital.

3.2 O ESPORTE NA UNIVERSIDADE E A POLÍTICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO.

No Brasil, como apontam Mazzei e Bastos (2012), a prática esportiva por universitários, nos seus primórdios, foi iniciativa dos próprios universitários, surgindo no final do século XIX em Colégio e Faculdade no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Ao falarmos em Esporte Universitário alguns autores o definem, em princípio, como uma forma de esporte institucional que oferece atividade física para os membros da universidade/faculdade. Segundo Barbanti (1994), enquanto que a maior parte dos esportes oferecidos são recreativos, existem também esportes competitivos nos quais os estudantes podem participar através de competições amistosas e competições estaduais. Mais simplificada, diz-se que o esporte universitário é um fenômeno social que supre as necessidades de intercâmbio e integração física, cultural e social dos universitários.

Por sua vez, Coelho (1984) afirma que o esporte universitário é um esporte de formação, cuja função principal é social, visando o bem estar do estudante universitário. É impossível negar a contribuição do desporto acadêmico para aproximação do ser humano, de seu relacionamento, do incentivo ao coleguismo, ao espírito de coletivismo e também ao incentivo à formação de novas lideranças.

Outro marco importante para o desenvolvimento do esporte nas universidades brasileiras é a fundação da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), em 1939. Esta confederação foi oficializada em 1941, pelo Decreto n. 3.617, de 15 de setembro e cumpre um papel importante estruturando competições para universitários e sensibilizando as autoridades do Ensino Superior nacional para o desenvolvimento e melhoria da prática desportiva nas Instituições. De acordo com a CBDU sua intenção é estimular os jovens para uma provável carreira esportiva e também para o desenvolvimento de sua vida acadêmica, baseando-se nas noções de amizade, fraternidade, perseverança, integridade, cooperação, esforço e esporte limpo.

Saltando para a década de 1960, a política educacional do país passou por uma série de mudanças. Com a ditadura e a censura, os militares queriam formar jovens preparados. O Exército tinha como objetivo formar estudantes/recrutas, mas subjetivamente alienados e não questionadores do governo. A partir da Reforma Universitária de 1968 e sob ordem do Decreto Lei 69.450/71 instituiu-se a obrigatoriedade da prática da Educação Física aos alunos da graduação como matéria comum em todos os cursos superiores. Isso acontece ao mesmo tempo em que disciplinas como Filosofia eram retiradas dos currículos desses estudantes.

Tal imposição não teria como objetivo proporcionar prazer, saúde e bem estar aos universitários, mas sim, atender aos interesses do Estado. Pode-se dizer que a Educação Física daquela época era feita de forma alienante e acrítica, pois não desenvolvia um processo de humanização de seus alunos/participantes. Essa intervenção atuaria na desmobilização política da juventude universitária – importantes atores na resistência à ditadura militar que reivindicavam democracia, ocupando-os com o esporte.

O papel da Educação Física é muito importante para a formação do ser humano. Passos (1988) considera o papel desempenhado por estas aulas, como também da universidade, neste período:

Efetivamente, quer consideremos o 3º grau como um dos aparelhos ideológicos do Estado, ou ainda como reprodutor de trabalhadores qualificados e disponíveis para as necessidades do capital, ou mesmo pensando o 3º grau como formulador mais privilegiado da ideologia

dominante, é inevitável considerar que, a despeito de quaisquer destas posições, é na universidade que os campos de conhecimento científico são os mais adequadamente formulados. Não existe qualquer proposta política que tenha, ou mesmo pretenda dispensar esse papel que a universidade efetivamente tem (PASSOS, 1998, p. 128).

Gebara apud Passos (1988, p. 129) destaca que “a educação física deve propor-se, e desta maneira estabelecer relações com o ensino superior, de maneira ativa, criadora crítica e reflexiva. Não basta apenas estar na universidade, é absolutamente imprescindível compor a universidade”.

Na Universidade Federal da Bahia, destacamos algumas ocasiões que foram importantes para o desenvolvimento esportivo da instituição. A primeira, em 1976, quando é dada a construção do Centro de Esportes e Educação Física com intuito de atender o Decreto Lei 69.450/71. Por força dessa legislação, surge a necessidade de um espaço físico para realizar as aulas de educação física e também a criação de um departamento que administrasse as aulas, destaca Rosso (2007, p. 37). Ferraro (1991, p. 94) ressalta que a partir do ano de 1978, todos os cursos de graduação da UFBA foram providos das atividades da Educação Física, de acordo com as normas ratificadas pelo Conselho. Ainda de acordo com Rosso: “O CEFE/UFBA foi palco de muitas realizações, entre as quais constam a realização de treinos esportivos de equipes de futebol, que treinavam nas dependências por serem as mais avançadas da época. Constam também as atividades na área de atletismo, com a utilização da pista que foi construída dentro de parâmetros oficiais, entre muitas outras relacionadas à área do lazer e da recreação. Lamentavelmente não existem registros oficiais de muitas atividades da época e não se encontram elaborações teóricas que permitam a reflexão e o balanço crítico da produção do conhecimento científico produzido” (ROSSO, 2007, p. 50).

Outro momento é a implantação do Curso de Educação Física na UFBA, em 1988, que foi o primeiro curso público desta modalidade no Estado da Bahia. Atualmente, as divergências entre a grade curricular do curso, as disciplinas e a falta de estruturas para a prática física estão constantemente em pauta às condições

físicas do CEFÉ/UFBA comprometendo a implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFBA.

Após o término da obrigatoriedade da prática da Educação Física no Ensino Superior na década de 90, segundo Hatzidakis (2006, p. 403), pela sua diversidade, podemos reconhecer o esporte nas IES a partir de três interpretações: a) Esporte Universitário de Rendimento, praticado por alunos selecionados dentro de cada Instituição de Ensino Superior IES, com objetivo de participar de competições inter universidades; b) Esporte Universitário de Participação, praticado por qualquer aluno, de modo voluntário, sem qualquer tipo de seleção, seja em competições internas ou atividades esportivas recreativas com outros alunos, visando a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção de saúde e da educação (também considerado como Esporte do Universitário); c) Esporte Universitário Educacional, praticado nas IES por meio da Educação Física Curricular ou nas Entidades Acadêmicas Esportivas (Associações Atléticas Acadêmicas, Clubes Acadêmicos, Departamentos Esportivos de Centros ou Diretórios Acadêmicos), com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer.

3.3 “DE QUEM PRA QUEM?” - POLÍTICAS DE ESPORTE NOS ANOS 2013 A 2018: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS.

Como já descrevemos anteriormente, o esporte e lazer no Brasil sempre foram tratados como direitos de segunda ordem e esse fato aconteceu por diversas razões. Esse quadro muda quando, em 2003, no então mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é criado o inédito Ministério do Esporte (ME). A criação do órgão, que ficou responsável pela elaboração e gestão das políticas públicas esportivas, inclusivas e sustentáveis, garantindo o acesso da sociedade brasileira ao esporte, com o objetivo de promover o desenvolvimento educacional, a valorização do atleta e o bem-estar físico, mental e social, anunciava um cenário aparentemente favorável ao tratamento do esporte e lazer como direito.

Desde a materialização da CF/1988 o reconhecimento do esporte como direito nunca esteve explícito nas ações governamentais voltadas para o setor. É preciso reconhecer o mérito inicial do governo Lula em assumir as demandas esportivas como uma questão de acesso dos cidadãos a um direito legalmente garantido. Em certa medida, esse tratamento diferenciado esteve presente no contraditório cenário de criação do ME, ressalta Athayde (2015, p. 197).

No desenvolvimento deste trecho, consideramos indispensável tecer discussões sobre três eixos: a) Programas e Projetos desenvolvidos; b) Financiamento, voltado para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer; e c) os Megaeventos realizados no País no período de 2007 a 2016, que alteraram toda geopolítica brasileira no período, nos anos que antecederam e nos anos posteriores.

De acordo com Athayde et. al. (2015, p. 124) para conferir materialidade a uma política social dedicada ao esporte e lazer, o ME elaborou programas sociais: Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Segundo Tempo (PST), sendo o último principal foco de atenção das ações ministeriais durante a primeira gestão (2003-2006). O PST apresentava como objetivo “democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contra turno escolar, de caráter complementar [...]” (BRASIL, ME, 2005). O PELC tinha como objetivo “[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças e exclusão social a que estão submetidas (BRASIL, 2008).

Segundo o autor, a partir do ano de 2009 é possível perceber um crescimento constante nos valores autorizados ao ME. Anterior a este fato, ainda em 2007, o financiamento do esporte e lazer assumiu um padrão atípico, impulsionado pelos altos gastos com a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro, ainda assim registra uma participação irrelevante dentro do Orçamento Geral da União (OGU), o que, segundo ele reforça o pressuposto de que o esporte e lazer não possuem lugar de destaque entre as prioridades de ação estatal.

O Brasil preparou-se para sediar os eventos esportivos posteriores em meio a grandes mobilizações contrárias ao advento desses “Megaeventos” que seriam sediados no Brasil – Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo FIFA de Futebol (2014), e, posteriormente, os Jogos Olímpicos (2016), na cidade do Rio de Janeiro - RJ. As jornadas de Junho/Julho de 2013, como ficaram conhecidas, para além, de clamar o grito “Não vai ter copa!”, traziam no bojo de suas reivindicações a garantia dos direitos básicos pelo Estado, como melhorias na Educação, Saúde e etc.

Em uma das cenas mais icônicas daquelas jornadas, milhares de pessoas tomaram a rampa do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de junho de 2013. As imagens circularam o mundo e manifestações de brasileiros foram realizadas até em outros países. Entre os alvos preferenciais dos manifestantes, estavam os caríssimos estádios da Copa do Mundo, que o país sediará no ano seguinte. Inicialmente contrários às mobilizações, os grandes meios privados de comunicação logo perceberam que poderiam se aproveitar da revolta para estimular protestos direcionados ao governo federal (VILELA, 2017). O autor, em reportagem ao Jornal Brasil de Fato, destaca que, “[...] De lá pra cá, o Brasil não foi mais o mesmo. A rotina de protestos de rua se tornou comum nas principais capitais do país, com pautas diversas, desde as lutas por direitos sociais até mesmo pedidos absurdos de intervenção militar, propagados por grupos neofascistas”.

Os megaeventos esportivos, apesar de todas as mobilizações contrárias, foram realizados no Brasil e em meio a inúmeras contradições, como destaca Taffarel (2014): (1) A contradição de estar demarcada na CF/1988 a prioridade com o Desporto Educacional e de Lazer, mas o investimento maior foi no Desporto Competitivo de alto rendimento e dentro dele o Futebol; (2) A contradição evidente na necessidade vital das práticas esportivas serem universalizadas e democratizadas, na contingência da mercadorização do esporte, fazendo com que esta mercadoria esteja cada vez mais distante do universo cultural da classe trabalhadora, enquanto possibilidade de humanização; (3) a contradição evidente nas parcerias público - privado, com benéficos rendendo mais ao privado do que ao público a exemplo dos recursos financeiros para a construção das arenas; (4) a

contradição da negação ao praticante, das condições objetivas para praticar, evidente na falta de infraestrutura, programas, projetos, financiamento e marco regulatório para tal. Mas estas contradições, presentes no âmbito das práticas esportivas, podem ser evidenciadas no âmbito da Educação, Saúde, Previdência, Assistência, Segurança e outras necessidades da classe trabalhadora.

Milhões foram investidos em projetos de mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, infraestrutura turística, entre outros. Esses “legados”, atualmente, são investigados por diversos pesquisadores em todo país para que assim possam discorrer sobre se as suas consequências foram positivas ou negativas para a classe trabalhadora.

No ano de 2016, após toda movimentação golpista que culminou na retirada da presidenta Dilma Rousseff do poder, assumiu o até então vice-presidente. Ao assumir o poder da Presidência da República, Michel Temer descartou o plano de governo eleito pelas urnas em que ele próprio assumiu o compromisso com a população brasileira. Na atual presidência, substituindo Dilma Rousseff, e, portanto, devendo dar continuidade ao programa de governo eleito, a atitude de Temer foi à oposta: de refazer a coligação partidária e elaborar outro plano de governo intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, que já está sendo colocado em prática gerando consequências profundas para a população que sequer foi consultada.

3.4 O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFBA EM DEFESA DO ESPORTE NA UNIVERSIDADE: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS DAS GESTÕES DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DIRETÓRIO CENTRAL DAS/DOS ESTUDANTES DA UFBA.

Delinear a história das movimentações em torno da pauta esportiva na UFBA não é uma tarefa fácil. Por haverem poucos registros documentais essa tarefa torna-se mais complicada ainda. A partir de relatos dos dirigentes do ME da UFBA, em específico, os estudantes de Educação Física que compunham as gestões do Diretório Acadêmico de Educação Física e do Diretório Central das/dos Estudantes,

iremos traçar alguns momentos que foram de suma importância para chegar aos dias atuais com o que temos.

Desde o ano de 2012, podemos constatar registros de mobilizações em torno da pauta desportiva na UFBA. Neste ano, o movimento estudantil se organizou em torno do VII Congresso de Estudantes da UFBA que se debruçou, entre outros aspectos da organização do Movimento Estudantil e do Diretório Central dos Estudantes, sobre um novo estatuto da entidade condizente com a atual realidade da UFBA e do movimento. O congresso em suas diretrizes finais orienta para a criação da Coordenação de Esportes e Lazer nas próximas gestões, vide: “Art. 31º A Coordenação será composta por no mínimo 18 membros, somando se a estes os coordenadores dos campi do interior, a saber: *XVII Coordenação de Esportes e Lazer.*” (DCE, 2012, grifo nosso).

No ano de 2013, momento ao qual adentrou ao universo da UFBA, destaco como de extrema importância foi à aproximação ao Diretório Acadêmico de Educação Física (DAEF), que naquele momento era dirigido pela Gestão “É preciso passar a ação”. Desde aquele período podemos perceber mobilizações e reuniões, que eram encabeçadas pelo DAEF, tanto no sentido de defender o direito do Professor de Educação Física em exercer a sua profissão, sem intervenções dos Conselhos Regional e Nacional de Educação Física (CREF/CONFED), quanto na defesa por mais melhorias para sua formação acadêmica, que entre as pautas exigia melhorias para o Centro de Educação Física e Esporte (CEFE) e maior investimento na Assistência Estudantil, que incluía: melhorias na mobilidade entre campi (com ampliação do sistema BUSUFBA), construção de Restaurantes Universitários, melhorias na acessibilidade e etc. Cabe ressaltar que a UFBA é historicamente um pólo de enfrentamento ao sistema CREF/CONFED e referência no que diz respeito à formação ampliada. As discussões extrapolavam o território da Educação Física e iam para os diversos espaços construídos pelas entidades representativas dos estudantes, destacamos os espaços do DCE, como Conselho de Entidades de Base (CEB) e Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEEF), organizado pela Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF), fazendo com que desta forma, os estudantes de toda universidade, deixando

explícito que estes problemas afetam diretamente não somente os estudantes de determinado curso, como os estudantes de toda UFBA, e de outras universidades do Brasil.

Até este período, na UFBA, não existia nenhuma política pública voltada ao esporte. Através de documentos dos grupos de pesquisa e registros pessoais de docentes do curso de Educação Física, podemos constatar que ocorreram Projetos de Extensão na área do Esporte e Lazer, como por exemplo: os Programas Vizinhança Esporte e Alegria no Calabar. Tentando reverter esse quadro a Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), em 2014, lança edital para a concessão de 100 (cem) bolsas para estudantes atletas que foram selecionados para representar a UFBA em competições esportivas em 2014/2015. A Bolsa Atleta tinha como finalidade democratizar a prática esportiva, viabilizar o treinamento e a participação dos estudantes atletas em competições. Levando em consideração que a prática desportiva é também uma das opções de lazer dos estudantes.

Com o fim da Gestão “Viração” do DCE UFBA, em meados de 2014, dá-se início a um novo processo eleitoral. Durante a campanha eleitoral, entre as quatro chapas inscritas na disputa, destacamos o projeto político da Chapa 4 – Mandacaru, que apresentava entre suas pautas de reivindicações a elevação do padrão cultural-desportivo da UFBA e incluía as atribuições e propostas para uma futura Coordenação de Esporte e Lazer. Os estudantes sentiam necessidade de serem protagonistas e construtores da cultura esportiva dentro da Universidade Federal da Bahia. O Programa da Chapa Mandacaru (2014) apontava que a Coordenação de Esportes do DCE-UFBA deveria pautar: a) Contribuir para a criação de um Núcleo Esportivo da UFBA, no intuito de elevar o padrão cultural esportivo da universidade, que pense as ações e projetos juntamente com estudantes, professores e servidores. Dessa forma teremos condição de disputar os recursos advindos do Ministério do Esporte; b) Criação de espaços formativos para o debate sobre as dimensões sociais do esporte, no sentido de compreender como o esporte pode ser utilizado como ferramenta de transformação social, desconstruindo valores que historicamente permearam o esporte como o machismo, racismo, homofobia e etc.

Defendendo a concepção de esporte que possa atender as reais necessidades da comunidade universitária; c) Auxiliar e construir junto ao Movimento Desportivo da UFBA (MUDE) políticas que atendam as reais necessidades dos atletas da universidade, compreendendo que os mesmos cumprem um papel fundamental de representar a universidade em todo o país. Defendendo que a universidade deve garantir financeiramente estrutura, materiais, alimentação e transporte para esses atletas, garantindo assim o melhor desenvolvimento e melhores resultados; d) Defender o bolsa-atleta e lutar para alterações necessárias que diz respeito à manutenção do esporte e dos atletas na Universidade e pressionando as instâncias que se responsabilizaram pela implementação da bolsa, a exemplo da PROAE (Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas); e) A criação de festivais esportivos na perspectiva do esporte de participação, onde seja possível a participação lúdica de todas/os estudantes da UFBA juntamente com professores e servidores, através de jogos populares referenciados culturalmente, com o objetivo de demonstrar que é possível através da cultura corporal contribuir para construção de uma nova sociedade; f) Defender a formação unificada dos estudantes de educação física, no sentido de lutar pela consolidação do atual currículo que visa à formação omnilateral, entendendo que estes têm papel fundamental na fomentação do esporte nos espaços públicos; g) A luta pela criação de um Instituto de Ciências do Esporte (ICE) na UFBA que possa abarcar todas as áreas do conhecimento que desenvolve estudos sobre o esporte: psicologia do esporte/ nutrição esportiva/ direito esportivo/ sociologia do esporte/ administração esportiva/ Fisioterapia esportiva; h) Pressionar os órgãos superiores da UFBA para a criação do Complexo Esportivo Educacional da UFBA, entendendo como fator fundamental para que o esporte seja desenvolvido em sua complexidade, tendo em vista que a estrutura seja primordial para a formação de professores de Educação Física e as demais áreas que estão relacionadas com o esporte, criação de grupos de pesquisa, projetos de extensão, direito ao esporte para a comunidade da UFBA e seu entorno, estrutura ideal para os atletas e etc. Quando eleita, a então Gestão Mandacaru, assume os compromissos no que diz respeito a pauta esportiva e inicia uma série de mobilizações em defesa da mesma, em conjunto com os estudantes e,

principalmente, articulando ações com o DAEF, que naquele momento iniciava Gestão “Juntos somos fortes”.

Em 2015, iniciamos o semestre com as atividades da Semana de Calouros. Na programação do evento, em articulação com outros Centros e Diretórios Acadêmicos e o DCE, os estudantes construíram um ato público, que ficou conhecido como “Jornada de Lutas”. O ato reuniu cerca de 1000 estudantes de todos os campi da UFBA em Salvador, que caminharam de seus territórios até a Reitoria da UFBA e apresentaram para sociedade baiana as demandas que a comunidade universitária acreditava serem imprescindíveis para a permanência na universidade. No tocante a pauta desportiva, o DCE, representado pela sua Coordenação de Esportes e o DAEF lançaram juntos a Campanha “Quadra Coberta JÁ!” – dando ênfase à estrutura física precária que se encontrava o CEFE e que não garantia, minimamente, uma formação qualificada para os futuros professores que ali iriam se formar. Concomitante ao lançamento da campanha as duas entidades construíram o Projeto “CEFE em Movimento” que tinha como objetivos: a) ampliar o uso do espaço do CEFE através de atividades esportivas; b) Incentivar políticas públicas de esporte e lazer na Universidade; e c) Incluir a comunidade externa nas políticas públicas de esporte desenvolvidas na UFBA, possibilitando a estes através do esporte pudessem visualizar a universidade como uma possibilidade.



Foto 1 - Ação da Campanha “Quadra Coberta Já!” em 05/03/2015 - Arquivo Pessoal

As atividades do “CEFE em Movimento” eram ministradas pelos estudantes de Educação Física, que ofertavam aulas de Capoeira, Futsal e Vôlei para a comunidade interna da UFBA e externa, moradores das comunidades do entorno da universidade. Importante destacar que no ano de 2015, o Governo Federal anunciou um corte de 7 bilhões no Ministério da Educação, o que acarretou em diversas mobilizações nas Universidades brasileiras, culminando na UFBA, na greve docente que durou 140 dias. O cenário da greve docente levou as entidades estudantis, em particular, o DCE, a também convocar uma greve entre os discentes da UFBA, que se declararam contrários aos impactos causados pelo ajuste fiscal implementado pelo governo federal. Este cenário de greve, inclusive, foi a oportunidade vista pelos estudantes de Educação Física para colocar em prática o projeto “CEFE em Movimento”. Pode-se perceber que durante o tempo de vigência do projeto, mesmo com todas as dificuldades encontradas, houve grande adesão por estudantes e moradores, jovens e crianças das comunidades vizinhas.

Diante das constantes demandas apresentadas pela comunidade universitária da UFBA com relação à participação e até mesmo de realização de eventos esportivos, culturais e de lazer, criou-se um Grupo de Trabalho (GT) de Esporte. O GT reuniu entidades representativas da universidade, como das pró-reitorias de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP), de Extensão (PROEXT) e a de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), o Movimento Universitário Desportivo (Mude), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Departamento de Educação Física, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Universidades Públicas Federais no Estado da Bahia (Assufba) e a Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) para discutir uma política de esporte e lazer para a instituição. O GT tinha ainda como finalidade: criar e discutir um plano para política esportiva no âmbito universitário, com a intenção de implementar programas e projetos esportivos e de lazer para atender à comunidade universitária; e construir coletivamente ações que dessem conta das demandas reais e potenciais nas dimensões do Esporte Participação, Educacional e Rendimento, além de possibilitar a sua interface com ações de ensino, pesquisa e extensão nesses campos.

Na segunda metade de 2016, o Brasil termina de sediar as olimpíadas no Rio de Janeiro e se prepara para as paraolimpíadas. O placar de medalhas do país nos jogos olímpicos, com o recorde de 19 medalhas, mesmo sendo nosso melhor resultado, exige uma reflexão sobre a importância que a sociedade, como um todo, dá ao esporte. Mesmo após esses importantes eventos, de nível mundial, CEFE/UFBA continua com a estrutura precária. De acordo com Taffarel e Heleno (2016, p. 15) apud. Rosso (2007) decorreram-se décadas sem que as medidas cabíveis fossem tomadas e os investimentos apropriados realizados para a instalação do CEFE. As implicações disto recaem sobre o padrão cultural esportivo dos que ingressam e percorrem sua trajetória acadêmica na UFBA seja como profissional, professor e técnico-administrativos, sejam como estudantes ou usuários dos benefícios da UFBA.

Segundo as autoras, o que está em disputa na atualidade é a permanência da Educação Física enquanto um curso isolado na Faculdade de Educação (FACED) ou a criação de um Instituto próprio com sede no CEFE/UFBA com a construção de um Centro Esportivo em padrões internacionais que possa atender a demanda local e internacional por práticas corporais esportivas. “Está em disputa manter o espaço do CEFE/UFBA precarizado, subutilizado, ou instalar o projeto arquitetônico que expressa uma concepção de universidade, educação, educação física e esporte que tem como objetivo central a cultural corporal, destacando o seu caráter multidisciplinar e a interface de várias áreas científicas como a saúde, as artes, as humanidades e as ciências sociais e da terra, seja considerando prioridade no currículo de educação superior da UFBA (TAFFAREL; HELENO, 2016, p. 15).

Concordamos com Ferraro (2011, pg. 112) ao acreditarmos que a organização estudantil no interior da universidade é importante para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para o próprio processo educativo. O movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia organizado, a partir, de suas entidades representativas (CA, DA e DCE) continua na tarefa árdua de defender a Universidade, que garanta mais investimentos para todas as esferas que a compõem e, inclusive, demandando junto às instâncias responsáveis melhorias na

estrutura física de suas unidades e na sua própria formação, agora em condições mais adversas.

4. AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA MAIS GERAL E AS REIVINDICAÇÕES DOS ESTUDANTES

Ao estabelecer relações entre o mais geral e o específico estamos nos valendo de uma lei do pensamento humano dialético que explica como, no movimento mais geral, estão ligadas as partes e o todo de um fenômeno. No nosso caso tratamos das políticas públicas destacando que elas podem ser identificadas em termos mais gerais da política hegemônica no capitalismo a nível internacional, a política predominante no país em um dado período histórico e, a especificidade de um campo como o esporte, em um período determinado. Não é possível analisar a parte sem relacioná-la com a totalidade.

Neste sentido destacamos que a política mais geral do modo de produção capitalista que prevalece na atualidade é a política denominada neoliberalismo que se apresenta na economia como sendo a política que privilegia os lucros do capital em detrimento do atendimento de reivindicações dos trabalhadores. Isto pode ser constatado na aplicação dos ajustes estruturais em todos os países, para garantir os lucros do setor rentista. No Brasil a política neoliberal encontrou nos governos de conciliação de classe, governos democráticos e populares, sérios obstáculos porque a política implementada previa três pontos intoleráveis aos capitalistas: (1) distribuição de renda, mesmo com políticas focais, assistencialistas e compensatórias; (2) o atendimento de reivindicações mínimas através de programas, projetos e ações que atendem os mais pobres, da classe trabalhadora e; (3) o controle social. Estes elementos compuseram a frágil democracia conquistada no Brasil após o regime militar.

Bastou diminuírem as taxas de lucros e a reação dos capitalistas, das elites, da direita conservadora, da ultradireita, dos setores integristas se manifestarem e agirem no judiciário, no parlamento, no executivo, na mídia, nas igrejas, e em outros aparelhos ideológicos, para tramarem e executarem o Golpe que resultou na destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

O livro organizado por Jinkings, Doria e Cleto (2016), “Por que gritamos golpe” e o Livro de Korybko (2018), “Guerras Híbridas: Das Revoluções Coloridas

aos Golpes”, apresentam dados consistentes para sustentarmos a tese de que ocorreu, sim, um golpe no Brasil, que se soma aos Golpes que vem sendo impetrados em governos progressistas na América Latina. O Golpe no Brasil está, cada vez mais, se aprofundando. O livro de Valim (2017) nos permite, também, sustentar a tese de que o Estado de Exceção é a forma jurídica do neoliberalismo.

O Golpe no Brasil não se resume a um fato único, a destituição de uma presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de votos, mas, paulatinamente, vai se aprofundando e demonstrando a sua face oculta. Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, passando pela Ação Penal 470, que inicia uma saga de perseguições e punições injustas desde 2004; a descoberta do Pré-sal em 2007 e seu volume de 50 bilhões de barris, passando pela eleição de Dilma Rousseff em 2014, a sua destituição em 2016, às medidas adotadas pelo Governo de Michel Temer neste ínterim, até a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, sem provas e sem lhe garantirem direitos previstos em lei, para afastá-lo do pleito eleitoral de 2018, até a designação de um Juiz de primeira instância à Ministro do Supremo Tribunal Federal para o mandato de 2019 a 2022, com super poderes, bem como, a extinção do Ministério do Esporte, entre outros, são sucessivas medidas já adotadas ou anunciadas, com a finalidade de consolidar no Brasil, um regime de extrema direita, que aprofunda a sustentação dos interesses do capital, por taxas de lucros exorbitantes, pelas riquezas, pelo patrimônio público e, pela mais-valia absoluta e relativa, gerada pelos trabalhadores super explorados em trabalhos precarizados, flexibilizados, sem direitos trabalhistas.

Dentro deste contexto mais geral vamos constatar que as políticas educacionais e de esporte a partir de 2003, obtiveram três pontos importantes que representaram avanços, a saber: (1) expansão de recursos públicos, os orçamentos foram ampliados na educação e no esporte com repercussões dentro das universidades com ampliação de vagas e assistência aos estudantes; (2) a institucionalização avançou inclusive com fortalecimento de estruturas estatais como foi a criação da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) dentro do Ministério da Educação para atender a diversidade da Educação do Campo, indígena, quilombola, pessoas com deficiência,

povos tradicionais, entre outros. Fortalecimento do Ministério do Esporte com mais orçamento, com ações projetos e programas, com a realização no Brasil de eventos esportivos internacionais.

Para delinear as consequências disto na Educação Física vamos delimitar dados concretos sobre a Educação a partir do Diagnóstico Nacional do Esporte e do Plano Nacional de Educação.

O Diagnóstico Nacional do Esporte foi executado pela UFBA, articulada com as Universidades UFRGS, UFRJ, UFG, UFAM, UFS, por encomenda do Ministério do Esporte, com financiamento do CNPq e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O Projeto foi coordenado pelos professores Cassia Damiani (Ministério do Esporte), Ailton Santana (UFS) e Celi Taffarel (UFBA). O intuito era a tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento do Esporte no Brasil, a partir de Políticas de Estado e de Governo democrático e popular, assentadas em um rigoroso e extensivo, sistemático e permanente Diagnóstico Nacional do Esporte. As variáveis estudadas foram o praticante ou não do esporte; a legislação esportiva; a infraestrutura, gestão e administração do esporte e o financiamento esportivo. Sucintamente podemos concluir que a maioria da população não pratica esporte, que a juventude deixa de praticar esporte porque precisa trabalhar, que a infraestrutura esportiva é na maior parte privatizada, que a legislação esportiva carece de avanços para além do esporte de alto rendimento e dentro dele do futebol, e que o financiamento do esporte, é na sua maioria, de ordem privada e quando o financiamento advém do Estado a prioridade tem sido o alto rendimento. O Diagnóstico demonstrou que cabem, sim, iniciativas estatais de vulto para criar um Sistema Nacional do Esporte, para fomentar práticas corporais, considerando principalmente o sistema educacional, o sistema de saúde, o sistema de cultura, o sistema comunitário, popular e, o sistema de alto rendimento. Paralelo ao Diagnóstico, o Ministério do Esporte nas Gestões dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, veio incentivando a pesquisa e a criação de um Sistema Nacional do Esporte.

Na formação de profissionais, ocorreu neste período a expansão do Ensino Superior. Foram mais 18 Universidades com 133 Campis Universitários. De 227,8

mil professores em 2002, o quadro docente foi ampliado para 388 mil em 2015. Os investimentos em Ciência e Tecnologia (CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) avançaram e, os recursos para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), cresceram, com novos projetos e ampliação do financiamento. Todos os investimentos regrediram a partir de 2016. Muitos foram interrompidos com o Golpe e agora, com o anúncio da desestruturação do Ministério do Esporte, interrompem-se políticas esportivas de grande vulto para o povo brasileiro, políticas estas reivindicadas em três Conferências Nacionais do Esporte, ocorridas em 2004, 2006 e 2010.

Os impactos desta interrupção, pelo Golpe de 2016, serão sentidos nos Grupos de Pesquisa sobre o Esporte que eram financiados pela REDE CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer), nos projetos de extensão das universidades financiados com recursos públicos e desenvolvidos em parceria com governos Estaduais e Municipais, nas políticas do esporte participação, esporte comunitário bem como, no esporte de alto rendimento. Ao conferirmos o portal do Ministério do Esporte¹ verificamos que no Esporte de Alto rendimento são mais de 6 Programas e Projetos e no Esporte – Educação, Lazer e Inclusão Social, são mais de 12 Programas e Projetos que estão ameaçados com a extinção do Ministério do Esporte. Destacamos a seguir alguns programas e projetos fadados à interrupção.

Vale destacar que ficam comprometidas as ações da Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Dentro dela destaco o Programa Segundo Tempo (PST), que como já citamos anteriormente, foi desenvolvido para democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e, preferencialmente, regularmente matriculados na rede pública de ensino.

Outro Programa relevante era o Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Criado em 2003, o PELC, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de

¹ Portal Ministério do Esporte

<http://portal.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/programasSecretaria.jsp>

lazer que envolvem todas as faixas etárias e às pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.

Atualmente o PELC possui dois tipos de núcleos: Núcleos Urbanos, voltando aos centros urbanos, e os Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais, voltado para grupos culturalmente diferenciados como povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, dentre outras. Outro destaque dos programas e projetos do Ministério foi o reconhecimento do núcleo Vida Saudável do PELC como um importante Programa Social. Seguindo a proposta do PELC, o Programa Vida Saudável se difere por beneficiar preferencialmente os idosos.

Outra iniciativa que se mostra ameaçada de avançar nos próximos períodos é a Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer). Essa iniciativa estava voltada para o fomento da pesquisa integrada ao Programa Brasil Potência Esportiva - “Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte”. Do histórico da Rede CEDES conclui-se que a Rede viveu seis momentos importantes: (1) quando foram estabelecidas parcerias com grupos de pesquisas de Cursos de Educação Física das Universidades públicas brasileiras para apoio a pesquisas voltadas ao esporte recreativo e lazer. (2) ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualifiquem a política de esporte e lazer do País; (3) Criação, em 2007, de Edital Público anual para seleção de projetos para apoio a pesquisas de esporte e lazer, que, em 2011, realizou sua quarta edição. (4) ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e o investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede Cedes, sua ampla sistematização e socialização, busca contribuir com a qualificação das demais ações do PELC e a capacitação de gestores, agentes e estudiosos de esporte e lazer brasileiros e de outros países. (5) identificado pela colaboração do Ministério do Esporte e CNPq na chamada ME/CNPq n.091/2013, na qual três linhas de pesquisa foram apoiadas pela Rede Cedes; (6) Chamada Convite de novos projetos no ano de 2014, além da participação no Edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) 2015.

Destacamos estes programas porque tivemos a oportunidade, enquanto UFBA, de participar efetivamente dessas importantes iniciativas.

Cabe sim a crítica aos governos do PT. Mas, esta crítica somente procede se inserida na análise rigorosa da correlação de forças presentes neste período de 2003-2016. Procede se inserida na análise histórica do Brasil desde os 1500 e a estrutura de poder construída e alicerçada pelos detentores do poder econômico, ideológico e político que sempre dominaram, através dos sistemas servis, escravocrata e assalariado, a maioria das classes exploradoras, a classe trabalhadora. Cabe sim, mas com a honestidade de admitir os acertos, as realizações, as consequências positivas para a classe trabalhadora. Cabe, sim, com as lições derivadas da prática, para que na próxima oportunidade, os avanços para a classe trabalhadora sejam bem maiores do que os retrocessos.

No que diz respeito à Educação Física na UFBA, em especial as reivindicações dos estudantes na área do esporte, vamos constatar que houveram avanços, mas insuficientes para atender na íntegra estas reivindicações que passam pela implementação na UFBA de programas lançados pelo Governo Federal até a construção da infraestrutura esportiva ainda inexistente. Isto prevendo desde o incentivo ao esporte de alto rendimento com o incentivo aos atletas.

Concluimos que a contradição principal posta no interior da UFBA é que foram, por um lado, desperdiçadas oportunidades que poderiam resultar em mais incentivo e condições objetivas para a prática esportiva. Mas, este desperdício se deve pelo fato de que as contradições que operaram no período 2013 a 2018, foram movidas por forças políticas que culminaram nos cortes orçamentários e reduções nas políticas sociais. Isto nos indica para o próximo período, um intenso combate a ser travado para que as reivindicações dos estudantes conforme sistematizadas nos Diretórios e Centros acadêmicos sejam atendidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS – “PARA ONDE VAI O ESPORTE? PARA ONDE FOREM AS CONQUISTAS E DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA”.

Uma das conclusões que podemos chegar, neste momento histórico, sobre a política em geral e, em especial, a do Esporte como demonstram os fatos e os dados empíricos, é que os direitos e conquistas, o patrimônio público, os serviços públicos estão sendo retirados, destruídos, entregues a setores privatistas, rentistas, imperialistas – Lênin, em sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, datada de 1917, caracteriza o imperialismo, representado principalmente na figura dos EUA, a partir da estratégia de internacionalização produtiva baseada nas empresas transnacionais e na construção das chamadas cadeias globais de valor. Provavelmente este será um dos períodos de maior destruição de direitos e a Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467/2017) fala por si. Basta mencionarmos uma das medidas absurdas aprovadas: fica prevalecendo o “negociado” sobre o “legislado”. Isso, em uma sociedade de classes antagônicas, deixa antever as perdas para os trabalhadores.

As decisões que vêm sendo tomadas a partir de 2016 com o Golpe que instalou no Brasil um Estado de Exceção (VALIM, 2017), aprofundam as medidas destrutivas, o que se agrava, pelos anúncios e pelos perfis da composição do futuro governo, a ser instalado a partir das eleições de 2018 que elegeu as forças ultraconservadoras da extrema-direita para governar o Brasil.

Na área do Esporte foi anunciada a medida de junção do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério da Cultura (MinC) e, provavelmente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

O presente trabalho, que trata das políticas públicas de Esporte, traz em sua conclusão uma análise da posição emitida pela Prof. Dr. Cássia Damiani (2018) no texto “Ministério da Cidadania: o Esporte submetido à Assistência Social?” (<http://www.vermelho.org.br/noticia/317246-1>) sobre a subsunção do Esporte à área da Assistência Social e suas consequências.

Tal referência justifica-se a) pelo significado das reflexões feitas no sentido de resistência às decisões que estão sendo anunciadas, as quais, muitas delas temos acordo e, b) porque a autora - Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará, doutoranda em Ciências do Movimento Humano, na UFRGS, pesquisadora do Centro de Estudos Olímpicos e Paraolímpicos da ESEFID/UFRGS, é reconhecida como uma referência na gestão pública do Esporte, com larga experiência acumulada como dirigente do Ministério do Esporte dos governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2005 a 2016), além de atuar na academia e ter várias publicações sobre políticas públicas.

Apresentamos com destaque seus argumentos com os quais passamos a dialogar para concluir o presente Trabalho de Conclusão de Curso sobre políticas públicas de Esporte:

- (1) Indaga a autora: “É possível refletir sobre o desmonte do esporte, enquanto política pública, sem analisar a totalidade dos direitos sociais?” Compreendemos que não é possível. O direito ao esporte está na Constituição brasileira, portanto, como os demais direitos, sejam individuais ou sociais, compõem uma série de direitos que devem ser garantidos aos cidadãos. O esporte isoladamente não consegue compor o rol de necessidades humanas que garantem a cidadania.
- (2) A assertiva da autora, nos faz pensar em nossa Universidade: “[...] Três mecanismos estão sendo adotados para destruir este direito: (a) Os cortes orçamentários que vieram sendo adotados desde o Golpe de 2016 demonstram a intenção clara de inviabilizar direitos. (b) a redução da abrangência e o conteúdo de suas políticas públicas; (c) desestruturação das relações inter-setoriais, as articulações inter federativas e sua massa crítica. O resultado é a quebra da integralidade e qualidade dos serviços, a descontinuidade e fragilização dos sistemas nacionais que constituem as redes de proteção social do país”. É possível constatar tais assertivas, tanto dentro das universidades, como é o caso da UFBA, quanto na

cidade de Salvador, com a interrupção dos programas ou por falta de dotação orçamentária ou pela não abertura de novos editais.

- (3) Nesse mesmo sentido, diz: “O papel indutor do Estado para promover o desenvolvimento nacional e promover políticas públicas está comprometido, ameaçado e isto é evidente quando verificamos o impacto do teto dos gastos públicos (EC 95/2016) sobre o Sistema Único de Saúde, Sistema Nacional de Educação e o Sistema Único de Assistência Social. Há, portanto, um encadeamento de ações coordenadas para a redução do papel do Estado enquanto indutor do desenvolvimento nacional e promotor de políticas públicas, o que vem se expressando nos brutais cortes na Ciência e Tecnologia, na Cultura e no Esporte.” (DAMIANI, 2018). Aqui vale uma consideração sobre o papel do Estado para garantir o esporte para a classe trabalhadora. Se o esporte tiver que ser sustentado pelas famílias, como uma família que ganha até um salário mínimo – a maioria da população brasileira – poderá manter os seus filhos numa prática esportiva? Os filhos da classe trabalhadora também têm o direito a praticar esporte e, se quiser, deve ter a oportunidade de ser atleta, se não quiser pode praticar esporte, simplesmente, porque gosta. Daí é importante a presença do Estado.
- (4) Alerta a autora que o que foi acumulado nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff está ameaçado. O acúmulo está sendo desconsiderado. Este acúmulo diz respeito a: (a) Política Nacional, debatida em Conferência Nacional, que durante o período foi materializada com programas e ações sistemáticas, algumas estruturantes, tanto na dimensão educacional (Programa Segundo Tempo, Recreio na Férias, Jogos Escolares), de lazer (Programa Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável), quanto do alto rendimento (Bolsa Atleta, Brasil Medalhas, Rede Nacional de Treinamento); (b) nas parcerias com as Universidades Públicas (Rede CEDES, CNESP). Soma-se a isto o incentivo a pesquisas de grande folego como foi a realização do Diagnóstico Nacional do Esporte que contou com uma Rede de sete

universidades Públicas Federais (UFBA, UFSE, UFAM, UFRJ, UFG, UFRGS) das cinco regiões do país, mas a coordenação ficou com uma universidade do nordeste, a UFBA; (c) A expansão das secretarias estaduais e municipais de esporte que se fortaleceram com tais programas.

- (5) Nessa referência da autora, vale destaque: “No período dos governos de Lula e Dilma tivemos um período virtuoso do Esporte pela importância estratégica que o esporte ganhou na agenda presidencial, devido ao conjunto de grandes eventos esportivos captados e realizados, começando com os Jogos Pan e Parapan-Americanos, em 2007, em 2011 os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Isto foi possível porque o esporte estava investido de uma pasta ministerial, própria que lhe conferiu uma importância política” (Idem, 2018). Importante considerar que muitos estudos têm apontado críticas aos Megaeventos esportivos, seja por razões relacionadas aos gastos públicos, ou pelo pouco diálogo com a sociedade sobre a realização desses eventos, no entanto, por mais que façamos críticas, temos que reconhecer que estes eventos mobilizaram a economia do Brasil e sua imagem foi projetada positivamente, naquele período.
- (6) O ajuntamento de pastas como nome de Cidadania – o que poderia sugerir uma certa unidade, em determinados aspectos dessas políticas setoriais, para DAMIANI (2018), não se concretiza, ao afirmar que “em forma e conteúdo, a natureza, a construção histórico-cultural, a estrutura e o movimento concreto do esporte, da cultura e da assistência social, são distintos. Essa junção, a princípio, se assemelha a uma mera aglutinação burocrática, um amontoado, uma acumulação sem ordem”. Além de se tratarem de pastas com distintas funções sociais, a área de Assistência Social é mais forte, muito cheia de problemas, vai engolir as demais, não se concebe mistura-las. Podemos perguntar, mais uma vez: Qual o lugar

do Esporte? Na proposta do futuro governo, este lugar é bem longe da classe trabalhadora.

- (7) Nessa passagem, a autora fala das ações devastadoras do atual governo: A junção compromete a coerência externa. “O governo Temer – de onde é originário o novo ministro - basicamente, aniquilou com os dois maiores programas esportivos de cunho social (Programa Segundo Tempo e Programa Esporte e Lazer da Cidade), programas importantes voltados para construção da cidadania esportiva, auto organização e autonomia, rompe vínculos intersetoriais com o MEC, MTE, MinC, aprofundou o fosso das desigualdades regionais locais e territoriais, do país. Este rompimento intersetorial compromete a permanência e a qualidade das políticas em geral e em especial destas aqui juntadas”. Ela trata de um aspecto fundamental de um ministério, que é o resultado que deve ser entregue à sociedade. Se o governo Temer encolheu os programas e projetos sociais e despejou dinheiro público para resolver a crise financeira dos bancos privados, tal situação agora será agravada. Se considerarmos que o futuro governo, ao colocar várias áreas no mesmo lugar, todos com problemas particulares e escassez de recursos, parece-nos que espera a morte lenta da área social, como um todo.
- (8) Defendemos, com DAMIANI que “o esporte deve ser garantido pelo Estado, para todas as pessoas, ao longo de suas vidas, com as especificidades das comunidades da cidade e do campo, povos tradicionais, pessoas com deficiência entre outras”. Conclui a reflexão dizendo que “O que se anuncia é que o preceito constitucional é letra quase morta.” Concordamos com sua indignação. Pensamos que a Constituição de 1988 – a Constituição Cidadã – está completamente desrespeitada, o que nos permite afirmar que estamos vivendo, de fato, um Estado de Exceção.
- (9) Levando-se em conta questões institucionais, a autora argumenta que “o Esporte provavelmente não conseguirá ser prioridade, numa conjuntura adversa, sem os Grandes Eventos para angariar recursos, e ainda,

submetido a um ministério enorme, problemático e complexo”.Não constando entre as prioridades, sem implementação de ajustes estruturais, sem poder político, o esporte terá um retrocesso enorme enquanto política pública.

Por fim, respondendo às perguntas postas no artigo de Damiani, sobre o que fazer para deter o desmonte do esporte no país, deter a destruição de uma Política Nacional do Esporte que estava em construção, afirmamos em coro com as nossas organizações de trabalhadores, não vamos arriar as bandeiras e esperar que o esporte retroage. Não vamos perder nossas conquistas. Por isto reafirmamos: **Nenhum direito a menos!** Seremos resistência ativa, conforme defende SAVIANI (2008), ao tratar da defesa intransigente do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade. E esta resistência ativa está expressa também neste trabalho de conclusão de curso.

6. REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, J. A. G. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARAGÃO, M. “Com poucos recursos, projetos levam esporte para a comunidade” In: Agência de Notícias em C&T. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/com-poucos-recursos-p-rojetos-levam-a-cultura-do-esporte-para-a-comunidade/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ARAÚJO, A. G. **Ensaio sobre a universidade e sua função social**. p. 38-47 – Direito. Universidade Estadual do Sudoeste do Bahia (UESB) - Filosofando: Revista de Filosofia da UESB ano 1 · número 1 · julho-dezembro de 2012 · ISSN: 2317-3785.

ARAUJO, M. P. N. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho.

ARAÚJO, R. D. **O movimento estudantil não é coisa do passado: de maio de 1968 às mobilizações e ocupações de 2007 e 2008**. Universidade e Sociedade, ano 19, n. 44, p. 159-171, jul. 2009.

ARAUJO, S. M. et. al. **O esporte como direito social: notas sobre a legislação esportiva no estado do Maranhão**. In: Jornada Internacional Política Públicas, 8., Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/oesportecomodireitosocialnotassobrealegislacaoesportivanoestadodomaranhao.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. **Origens da Universidade Brasileira**. Quím. Nova, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 1994.

BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOFF, Leonardo. **A função da Universidade na construção da Soberania Nacional e da Cidadania**. UFRJ: 1994, ano 1, nº 1 (Caderno de Extensão) 36p.

BONETI, L. W. **Educação e movimentos sociais hoje**. In: JEZINE; ALMEIDA (Orgs.). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

BRACHT, V. **Educação Física: a busca da autonomia pedagógica**. Revista da fundação de Esporte e Turismo, n.1, p.12-19, 1989.

_____. **Sociologia Crítica do Esporte: Uma introdução**. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

CAMPOS, Névio de. **Qual o papel social da universidade no século 21?** Gazeta do Povo, Paraná, 18 dez, 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/qual-o-papel-social-da-universidade-no-seculo-21-31436hclxgubv4y45vsgmvexa/> Acesso em: 09 out. 2018.

CARNEIRO, H.; BRAGA, R.; BIANCHI, A. **O Movimento estudantil e as ocupações**. In: BIANCHI, A. (Org.). Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades. São Paulo: Sundermann, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade, universidade e estado: autonomia, dependência e compromisso social**. In: SESu/MEC. A universidade na encruzilhada. Seminário Universidade: por que e como reformar? UNESCO: Brasília, 2003a, pp. 67-76.

_____, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, set./out./nov./dez., 2003b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

CÔELHO, Ildeu M. **Universidade e Formação de Professores**. In: GUIMARÃES, Valter Soares (Org.). Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

COELHO, S. L. Cópia da palestra proferida em mesa redonda sobre **alocação de recursos públicos para o esporte** promovida pelo CENDEC - Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: CBDU, 1984.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

CONSEIL INTERNATIONAL D' EDUCATION PHYSIQUE ET SPORTE. **Manifesto mundial do desporto**, 1964.

CONSULTA POPULAR. **Cartilha 23 - Saídas para o Brasil: A unidade das forças populares / Luta de massas / Construção da Constituinte**. 1. Ed. São Paulo, 2015.

_____. **Cartilha 24 – Teses para a V Assembleia Nacional da Consulta Popular “Zilda Xavier”**. 1. Ed. Fortaleza, 2017.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DAL RI, N. M. **Movimentos sociais na América Latina e gestão democrática da educação**. Marília: UNESP, 2009.

DA COSTA, L. P. **Educação Física e esportes não formais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S. A; 1988.

DCE. Diretório Central das e dos Estudantes da UFBA. **Estatuto do DCE**. Salvador, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B0d6BEcG0TxVRTRjMU96dzdnTUE/edit>. Acesso em: 04 nov. 2018.

DIAS SOBRINHO, J; RISTOFF, D. I. (org.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

DOURADO, Luis Fernandes Afrânio M. Catani & OLIVEIRA, João F. de (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: Transformação recente e Debates Atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

ELIAS, N; DUNNIG, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.

ENGELS, F. **Prefácio de Engels para a terceira edição alemã**. In: MARX, K. O dezoito Brumário e cartas a Kugelmann. 6 ed. [Trad. De Leandro Konder e Renato Guimarães]. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ESTEVEES, B. B. **A trajetória do esporte moderno: dos primórdios ao fenômeno social**. Revista Lecturas: Educación Física y Deportes (EFDeportes). 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd199/a-trajetoria-do-esporte-moderno.htm>. Acesso em: 05 dez. 2018.

EXNEEF. Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. **Educação Física é uma só. Formação Unificada Já**. In: Cartilha da Campanha Nacional pela revogação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Educação Física, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

_____. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERRARO, Alcyr Naidiro Fraga. **A Educação Física na Bahia: memórias de um professor**. Bahia. CEDUFBA, 1991.

FERRARO, Karina Perin. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. Dissertação (mestrado - Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília, 2011.

FERREIRA, D. S. F.; SANTOS, L. P. **A função social das universidades públicas no contexto atual**. In: Marlene Babosa de Freitas Reis. (Org.). A função social das universidades públicas no contexto atual. 1ªed. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2011, v., p. 91-105. Disponível em: http://www.anais.ueg.br/index.php/isemdocuniv_inhumas/article/view/4. Acesso em: 04 out. 2018.

FERREIRA, Marcelo Guina et al. **PROPOSTA PARA UMA MUDANÇA NA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA / ESPORTES NA UFG**. Pensar a Prática, [S.l.], v. 1, p. 133-141, nov. 2006. ISSN 1980-6183. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/18/2621>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FORACCHI, M. **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

GEBARA, A; PILATTI, L. A. **Ensaio Sobre História e Sociologia nos Esportes - Col. Norbert Elias V. 2**, Ed. Fontoura, 2006.

HATZIDAKIS, Georgios. **Esporte universitário**. Atlas do Esporte no Brasil, Rio de Janeiro, CONFEF, 2006.

JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas – das revoluções coloridas aos golpes**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7. ed. Ijuí: Editora Unijui, 2006.

LAKATOS, E; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMAR, Adolfo Ramos & MENEGUEL, Stela M. **Avaliação como Construção Social**. In: SOBRINHO, José Dias & RISTOFF, Dilfic, L. Avaliação Democrática – para uma Universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002. p 145 - 182.

LEHER, R. **Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público**. Marguem esquerda: ensaios marxistas, n. 10, p. 97-102, nov. 2007.

LINHALES, M.A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

_____. **Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidade**. In: SOUSA, E. S; VAGO, T. M. (Org.). Trilhas & partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. p. 223-233.

LYRA FILHO, J. **Introdução à sociologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1973.

MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. 196p. 2010. Tese de Doutorado. PPG em Educação, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.

MALIKA, M.A. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F. (Org.). **Políticas de Esporte nos anos LULA e Dilma**. 1ed. Brasília, DF: Thesaurus, 2015, v. 1, 264 p.

MARINHO, I. P. **História geral da Educação Física**. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1980.

MARX, K. et. al. **O programa da revolução**. Brasília: Nova Palavra, 2008.

MAZZEI, Leandro; BASTOS, Flávia. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª edição, Ícone Editora, São Paulo, 2012.

MELO, Vitor A. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil – Panorama, perspectivas e propostas**, 2007. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1180/724>. Acesso em: 07 out. 2018.

MONTEIRO, R. M. C. **A EDUCAÇÃO NO BRASIL: direito social e bem público**. Disponível em: https://uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/3_es_mercado_e_sociedade/04.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

OLIVEIRA, Guilherme César de. **GESTÃO ORGANIZACIONAL NAS ATLÉTICAS: um estudo sobre gerenciamento das Associações Atléticas Acadêmicas do DF**. Monografia (Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2016.

OLIVEIRA, R. P. de. **O direito à Educação**. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 15-43.

PAINI, L. D. DA COSTA, L. P. **A função social da universidade na contemporaneidade: algumas considerações**. Revista Even. Pedagóg.

(edição especial), v. 7, n. 1 (18. ed.), p. 59-72, jan./maio, 2016. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/2077/1701>. Acesso em: 05 out. 2018.

PASSOS, Solange C. E. (Org.). **Educação Física e Esportes na Universidade**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RODRIGUES MARQUES, R. F; BETTINE DE ALMEIDA, M. A; GUTIERREZ, G. L. **Esporte - um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea**. Movimento, vol. 13, nu. 3, pp. 225-242, Rio Grande do Sul, 2007.

ROSSO, Silvana. **Centro de Educação Física e Esportes da Universidade Federal da Bahia (CEFE/UFBA): centro de referência para formação da cultura corporal da Bahia: realidade e possibilidade de um espaço público**. Tese de Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2007.

SANFELICE, J. L. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTIAGO, Oberdan Rafael P. L. **Universidade(s)**. In Estudo, Trabalho e Luta: A caminho da Educação Popular.

SANTOS, R. M. dos. **Representação, participação e democracia: o papel do estudante na gestão do demos universitário**. In: RAMPINELLI; ALVIM;

RODRIGUES (Orgs.). *Universidade: a democracia ameaçada*. 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2005.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. 2005, vol.13, n.47, pp.149-168. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n47/v13n47a03.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SOUZA, Luciano Teixeira de. **O esporte universitário e a motivação do aluno da Unicamp para a prática de atividades físicas e esportivas**. Campinas, SP: [s.n], 2006.

TAFFAREL, C. N. Z. **As veias abertas do esporte mercantilizado no Brasil**. Crônica n. 02, Rascunho Digital FAGED/UFBA, 2012. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=909>. Acesso em: 05 out. 2018.

TAFFAREL, C. N. Z.; HELENO, C. R. **A construção da Universidade Federal da Bahia e de seu Centro de Educação Física e Esporte, uma disputa que ainda não se encerrou (1946-2015)**. Recorde: Revista de História do Esporte, v. 9, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/viewFile/5255/3864>. Acesso em: 05 out. 2018.

TRIVIÑUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** – 1 ed. – 23. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2015.

TUBINO, M. J. G. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

_____. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 2001.

_____. **O que é Esporte?**. Brasília: Editora Brasiliense, 2006.

UFBA. **Liga das Atléticas da UFBA já reúne associações de nove cursos**. Jornal Digital UFBA em Pauta. 2017. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/liga-das-atléticas-da-ufba-já-reúne-associações-de-nove-cursos. Acesso em: 06 dez. 2017.

_____, PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia 2012-2016**, Salvador, 2012. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/PDI%202012%20-%202016_1.pdf. Acesso em: 04 out. 2018

_____, PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia 2018-2022**, Salvador, 2017. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/pdi-2018-2022.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018

UNE. União Nacional dos Estudantes. **Sobre a UNE, lutas, bandeiras e participação**. Disponível em: <http://www.une.org.br/a-une/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

_____. União Nacional dos Estudantes. **Tese de Conjuntura, 2016**. Disponível: <http://www.une.org.br/noticias/conjuntura/>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. União Nacional dos Estudantes. **Linhas de Atuação**. 2011. Disponível: <http://www.une.org.br/2011/09/linhas-de-atuacao/>. Acesso em: 08 out. 2018.

UNESCO. **Recomendações sobre Educação Física/Desportos**, 1976.

_____. **Carta Internacional da Educação Física e Desportos**, 1978.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VILELA, Pedro Rafael. **4 anos das Jornadas de Junho: como a militância política se transformou?**In: Jornal Brasil de Fato. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/26/4-anos-das-jornadas-de-junho-como-a-militancia-politica-se-transformou/>. Acesso em: 10 dez. 2018.